



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

ANA CAROLINA BERNARDINO

**VOZES QUE RESSIGNIFICAM ALÉM DOS MUROS:  
ANÁLISE DISCURSIVA DE PICHAGÕES EM  
UNIVERSIDADES**

---

Londrina  
2019

ANA CAROLINA BERNARDINO

**VOZES QUE RESSIGNIFICAM ALÉM DOS MUROS:  
ANÁLISE DISCURSIVA DE PICHAGÕES EM  
UNIVERSIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeri Passos  
Baltazar Machado.

Coorientadora: Profa. Dra. Isabel Cristina  
Cordeiro.

Londrina  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Bernardino, Ana Carolina.

Vozes que ressignificam além dos muros: : análise discursiva de pichações em universidades / Ana Carolina Bernardino. - Londrina, 2019.  
114 f.

Orientador: Rosemeri Passos Baltazar Machado.

Coorientador: Isabel Cristina Cordeiro.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Ideologia - Tese. 2. Discurso - Tese. 3. Pichação - Tese. 4. Universidade - Tese. I. Machado, Rosemeri Passos Baltazar. II. Cordeiro, Isabel Cristina. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. IV. Título.

ANA CAROLINA BERNARDINO

**VOZES QUE RESSIGNIFICAM ALÉM DOS MUROS:  
ANÁLISE DISCURSIVA DE PICHAÇÕES EM UNIVERSIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeri Passos  
Baltazar Machado  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Coorientadora: Profa. Dra. Isabel Cristina Cordeiro  
Universidade Estadual Paulista "Julio de  
Mesquita Filho" – UNESP

---

Profa. Dra. Esther Gomes de Oliveira  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná -  
UNIOESTE

Londrina, 12 de abril de 2019

*Dedico essa dissertação, primeiramente, ao meu parceiro de vida, por todo apoio, cuidado e, principalmente, por toda paciência em me trazer paz e calma em todos os momentos. Dedico aos meus pais que, com muito carinho, amor e luta me ajudaram a chegar até aqui. Dedico a meu irmão Luiz Fernando, que sempre esteve tão presente, por sempre acreditar no meu melhor.*

## AGRADECIMENTO

Antes de tudo agradeço a **Deus** que permitiu que eu tivesse força e empenho para chegar até aqui. Minha fé me fez mais forte e, quando fortes, vencemos todas as batalhas. Agradeço por me dar forças para vencer cada sacrifício. Ele é o maior mestre que alguém pode ter.

*Rendam graças ao Senhor, pois ele é bom; o seu amor dura para sempre (1 Crônicas 16:34).*

A esta **Universidade**, que me proporcionou traçar um lindo caminho de aprendizado e experiência. Sou grata a todas as pessoas que ela me trouxe de presente, aos bons amigos que aqui construí e às boas relações que aqui firmamos. Aqui entrei para me graduar e graduei, para me especializar e especializei. Para ser mestre, espero ser. E continuar.

Agradeço à minha **Banca**, por todo respaldo, correções e apontamentos que fizeram meu trabalho ser muito melhor.

Agradeço, em especial, à minha orientadora, **Rosemeri Passos Baltazar Machado**, e, também, à minha coorientadora, **Isabel Cristina Cordeiro**, por todo suporte, correções, incentivo e empenho dedicado à elaboração desta dissertação; vocês foram a esperança quando já não existia mais, vocês foram apoio e certeza quando tudo parecia não funcionar. Agradeço, principalmente, pela amizade, são pessoas assim que levarei para toda vida.

Agradeço à minha **família** por tudo que me ensinaram durante a vida e por todos os incentivos que me trouxeram até aqui. Agradeço pelas visitas, por estar aqui quando eu não pude estar lá. Sou grata pelo amor e apoio incondicional que recebi de vocês. Enquanto filha, devo tudo o que sou a vocês, porque se cheguei até aqui é porque vocês estiveram segurando minhas mãos.

Agradeço grandiosamente aos meus **amigos** – todos os meus amigos, seria injusto citar nomes – pela compreensão de noites sozinhas e pela paciência nas longas conversas teóricas. Agradeço pelo incentivo nas horas difíceis, de desânimo e de cansaço. Cada um, com sua importância, sabe do espaço que ocupou nessa trajetória.

Agradeço ao **Lucas**, o companheiro que escolhi para viver essa vida comigo. Eu devo agradecer por toda compreensão quando foi necessário me distanciar para conseguir concretizar esse sonho. Agradeço por tudo o que fez por mim durante esse período, sem que eu ao menos pedisse ou soubesse, ele estava ali facilitando minha caminhada. Agradeço por compartilhar o mesmo sonho que eu e por ter abandonado um pouco dos seus sonhos para que o meu – que passou a ser nosso – fosse alcançado.

E a **todos** que, direta ou indiretamente, fizeram parte de mais essa conquista, gratidão.

*Gratidão é um agradecimento sincero. É o sentimento que nos torna menos egoístas.*

*“Acredite no improvável, acredite no impossível, enxergue o que ninguém vê, perceba o imperceptível e enfrente o que, para muitos, parece ser invencível”.*

Bráulio Bessa (2018, p.75).

BERNARDINO, Ana Carolina. **Vozes que ressignificam além dos muros**: análise discursiva de pichações em universidades. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019

## RESUMO

Esta dissertação propõe uma análise dos aspectos ideológicos e das condições de produção, pela perspectiva teórica da Análise de Discurso (AD), de linha francesa, revelados pelos discursos apreendidos em quatro pichações de muro de universidades públicas do estado do Paraná. Essa pesquisa busca refletir a respeito dos fenômenos da linguagem, levando em consideração a exterioridade do discurso. A fim de compreender os efeitos de sentido de cada discurso, é necessário que façamos relação com a posição que o sujeito enunciador ocupa, assim como os atravessamentos ideológicos que o assujeitam, além das condições de produção nas quais esse discurso proferido está inserido. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar o funcionamento discursivo da constituição dos efeitos de sentido apreendidos a partir dos discursos selecionados, com a finalidade de verificar de que forma esses efeitos são materializados na/pela linguagem. A pesquisa foi organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo - Influências Linguísticas da Análise de Discurso - apresentará, resumidamente, as perspectivas teóricas que antecederam a Análise de Discurso. O segundo capítulo - O Advento da Análise de Discurso: fases e conceitos - abordará, de maneira sucinta, a história da Análise de Discurso, seu nascimento, e suas fases. Trataremos, também, de alguns conceitos fundamentais para a análise do corpus selecionado, tais como: formação ideológica (FI), formação discursiva (FD), condições de produção (CPs), sujeito, interdiscurso, memória discursiva e cenas da enunciação. No terceiro capítulo - As relações de sentido: do discurso urbano ao discurso político - pretendemos compreender a relação de significação entre sujeito, história e língua, numa dada condição – urbana e política. Por fim, no último capítulo, analisaremos as quatro pichações selecionadas, aplicando a teoria abordada em nossa pesquisa. Verificaremos o funcionamento das formações ideológicas na produção desses discursos, bem como a influência das condições de produção. Apresentamos, a partir desse panorama, os efeitos de sentido produzidos pelas pichações, ressaltando os atravessamentos ideológicos e a carga social que esse gênero discursivo carrega. Constatamos que os sentidos podem sempre ser um ou outro, e não há apenas um efeito possível, mas vários. Compreendemos, ao longo das análises, que as condições de produção são fundamentais para a construção do significado a ser apreendido pelo sujeito, bem como a relação entre língua e história, pois, sem o interdiscurso, muitos efeitos ficam à deriva. Para que as palavras tenham sentidos, é necessário que elas façam sentido, que o sujeito possa compreender, a partir de suas condições, o efeito que cada discurso pode proporcionar. Por fim, esse trabalho mostrou-nos que há muito a dizer socialmente e, apesar de muitos silenciamentos e abafamentos, os sujeitos estão resistindo, estão lutando e estão buscando despertar reflexões sociais..

**Palavras-chave:** Ideologia. Discurso. Pichação. Universidade.

BERNARDINO, Ana Carolina. **Voices that echo beyond the walls:** discursive analysis of graffiti in universities. 2019. 114 p. Dissertation (Master's degree in Language Studies) - University State of Londrina, Londrina, 2019.

## ABSTRACT

This dissertation proposes an analysis of the ideological aspects and the conditions of production, from the theoretical perspective of Discourse Analysis, of French line, revealed by the speeches seized in four graffiti of public university walls in the state of Paraná. This research seeks to reflect on the phenomena of language, taking into account the exteriority of discourse. In order to understand the meaning effects of each discourse, it is necessary that we relate to the position that the subject enunciator occupies, as well as the ideological crossings that assure it, in addition to the conditions of production in which this discourse is inserted. In this sense, the objective of this work is to analyze the discursive functioning of the constitution of sense effects seized from the selected discourses, in order to verify how these effects are materialized in / through the language. The research was organized into four chapters. The first chapter - Linguistic Influences of Discourse Analysis - will briefly present the theoretical perspectives that preceded Discourse Analysis. The second chapter - The Advent of Discourse Analysis: phases and concepts - will briefly cover the history of Discourse Analysis, its birth, and its phases. We will also deal with some fundamental concepts for the analysis of the selected corpus, such as: ideological formation, discursive formation, production conditions, subject, interdiscourse, discursive memory and scenes of enunciation. In the third chapter - The relations of meaning: from urban discourse to political discourse - we intend to understand the relation of meaning between subject, history and language, in a given condition - urban and political. Finally, in the last chapter, we will analyze the four graffiti selected, applying the theory addressed in our research. We will verify the functioning of the ideological formations in the production of these discourses, as well as the influence of the conditions of production. We present, from this panorama, the effects of sense produced by the graffiti, emphasizing the ideological crossings and the social load that this discursive genre carries. We find that the senses can always be one or the other, and there is not only one possible effect, but several. Throughout the analysis, we understand that the conditions of production are fundamental for the construction of the meaning to be grasped by the subject, as well as the relation between language and history, because, without interdiscourse, many effects are adrift. For words to have meaning, it is necessary that they make sense, that the subject can understand, from their conditions, the effect that each discourse can provide. Finally, this work showed us that there is much to be said socially and, despite many silencings and muffling, the subjects are resisting, they are struggling and are seeking to awaken social reflections.

**Key words:** Ideology. Discourse. Graffiti. University.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1: Funções da Liguagem .....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 2: Formação da Análise de Discurso .....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 3: Imprensa do povo .....</b>	<b>84</b>
<b>Figura 4: Deus é preto(a) .....</b>	<b>89</b>
<b>Figura 5: Cotas sim .....</b>	<b>95</b>
<b>Figura 6: Golpistas, ñ passarão .....</b>	<b>100</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AAD69	Análise Automática do Discurso (1969)
AD1	Primeira Fase da Análise de Discurso
AD2	Segunda Fase da Análise de Discurso
AD3	Terceira Fase da Análise de Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
ARE	Aparelhos Repressores de Estado
CP	Condição de Produção
CPs	Condições de Produção
FD	Formação Discursiva
FDs	Formações Discursivas
FI	Formação Ideológica
FIs	Formações Ideológicas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>18</b>
2.1	Objetivo Geral.....	18
2.2	Objetivos Específicos .....	18
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E SELEÇÃO DE CÓRPUS</b> .....	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO</b> .....	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO I – DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS À ANÁLISE DE DISCURSO</b> .....		<b>23</b>
1	BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM.....	23
<b>CAPÍTULO II – ADVENTO DA ANÁLISE DE DISCURSO E SUAS FASES</b> .....		<b>32</b>
2	PERCURSO HISTÓRICO DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA .....	32
2.1	DIPOSITIVO ANALÍTICO PARA ANÁLISE DO CÓRPUS.....	42
2.1.1	A Formação Ideológica (FI) .....	42
2.1.2	A Formação Discursiva (FD) .....	48
2.1.3	A Condição de Produção (CP) .....	52
2.1.4	Sujeito.....	56
2.1.5	Memória discursiva e Interdiscurso .....	60
2.1.6	Cena de enunciação.....	62
<b>CAPÍTULO III – AS RELAÇÕES DE SENTIDO: DO DISCURSO URBANO AO DISCURSO POLÍTICO</b> .....		<b>67</b>
3	CIDADE, UNIVERSIDADE E SENTIDO .....	67
3.1	DISCURSO URBANO: PICHANÇA.....	68
3.2	DISCURSO POLÍTICO: DIZER E PODER .....	74

<b>CAPÍTULO IV – ANÁLISE DO CÓRPUS</b> .....	81
4 ANÁLISE DAS PICHAGÕES .....	81
4.1 IMPRENSA DO POVO .....	84
4.2 DEUS É PRETO(A) .....	89
4.3 COTAS SIM! .....	95
4.4 GOLPISTAS, Ñ PASSARÃO .....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	108

## 1 JUSTIFICATIVA

A presente dissertação propõe um trabalho de análise dos aspectos ideológicos, bem como das condições de produção (CPs), segundo a abordagem teórica da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, revelados pelos discursos apreendidos em pichações de muros, captados em Universidades Públicas do Estado do Paraná.

As perguntas norteadoras para o desenvolvimento do estudo são: (I) As pichações refletem a linguagem de manifestações urbanas? (II) A pichação é uma manifestação artística ou política? (III) Na pichação, existe uma voz que se pretende fazer ouvir, mas o quê, especificamente, essa voz pode conseguir fazer ouvir em seu discurso? (IV) Qual o peso político que as pichações refletem numa sociedade e, em se tratando do lugar em que se encontram (muros de Universidades Públicas), qual o posicionamento assumido por essas Instituições de Ensino? (V) Que relação há entre as pichações, poder, práticas e interação social? Nesse sentido, o principal objetivo é compreender as possibilidades nas/pelas quais tais discursos são enunciados, com a finalidade de entender a relação estabelecida entre sujeito e exterioridade. Afinal, na Análise de Discurso, “o como dizem” é mais relevante do que “o que dizem”, segundo Orlandi (2015); além disso, por se tratar de AD pode ser que não tenhamos respostas, mas sim novos questionamentos que nos levarão a novas reflexões, haja vista que o discurso é mutável e dinâmico.

A interação humana é decorrente da linguagem, que é responsável pela capacidade de expressão dos indivíduos. Baccega (2007) aponta que a palavra só consegue assumir seu significado quando está atrelada a uma exterioridade, ou seja, o contexto é responsável por determinar o modo como veremos as coisas. A maneira como utilizamos a linguagem revela as formações sociais nas quais cada sujeito está inserido, fazendo com que os efeitos de sentidos apreendidos dos discursos possam ser múltiplos.

Nossa pesquisa consiste na análise de discursos pichados em muros, em que podemos observar a manifestação da formação ideológica (FI), atuando na construção dos efeitos de sentidos que, segundo Orlandi (2012), é revelado a partir da posição que cada sujeito ocupa que é, ao mesmo tempo, livre e submisso, pois é atravessado por várias formações ideológicas. Na AD,

o sujeito possui uma falsa sensação de liberdade, pois ele é clivado ideologicamente – logo, assujeitado às condições que lhe são determinadas.

Orlandi (2015) aponta que os sentidos se constituem, são formulados e circulam de diferentes maneiras devido à relação que o homem estabelece com a sociedade e com a história, pois o homem é, antes de qualquer coisa, um sujeito que se constitui na/pela linguagem, por meio de processos históricos. Nesse sentido, são pelas trocas entre os sujeitos que os sentidos irão se constituir e são evidenciados pelas formações sociais, históricas e políticas. Pêcheux (2002) acrescenta que um discurso e seus múltiplos efeitos de sentido sempre vão ser produzidos a partir das condições externas nas quais o sujeito está inserido, ou seja, baseado nas suas condições sócio-históricas.

Assim sendo, buscamos, por meio dessa dissertação, compreender as dimensões socioculturais em que são produzidos os sentidos apreendidos dos discursos pichados, com a finalidade de refletir a respeito de aspectos ideológicos presentes nesses discursos. Como o ser humano se utiliza da linguagem para transmitir seus pensamentos, e a relação homem e mundo é mediada pela linguagem, logo, é possível verificar como as práticas sociais, discursivas e ideológicas são construídas pelos sujeitos e reveladas em seu meio social.

Com base nesse panorama, verificamos como os discursos se comportam ideologicamente, principalmente pela sua condição de produção – discursos pichados em Universidades Públicas. Além disso, pretendemos analisar as formações discursivas (FDs), pois quando aliadas às formações ideológicas (FIs), são fundamentais para a compreensão dos diversos efeitos de sentidos captados por esses discursos.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 Objetivo Geral

Estudar os discursos das pichações e a ideologia presente nessa forma de expressão, refletindo, principalmente, a respeito das condições de produção nas quais estão inseridos.

### 2.2 Objetivos Específicos

- Discutir a respeito da constituição do sujeito das/nas pichações;
- compreender as dimensões socioculturais e de produção de sentidos por meio da análise dos aspectos ideológicos presentes nas pichações;
- identificar de que forma as condições de produção atuam na produção/circulação/apreensão dos discursos selecionados.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E SELEÇÃO DE CÓRPUS

A pesquisa desta dissertação, de natureza qualitativa, parte de um levantamento bibliográfico, analítico e explicativo e consiste na análise de quatro pichações, presentes em Universidades Públicas do Paraná, nos quais observamos o funcionamento da formação ideológica (FI) para a construção de sentidos, por meio da posição que o sujeito ocupa – que é ao mesmo tempo livre e submisso, levando em consideração as várias ideologias presentes e, conseqüentemente, o outro a partir de si.

Em um primeiro momento, realizamos uma extensa revisão bibliográfica a respeito da teoria que usamos como aporte teórico – Análise de Discurso, de linha francesa (AD) – como: definição, conhecimento, importância e aplicação de seu suporte teórico, levando em consideração conceitos como: formação ideológica (FI), formação discursiva (FD), condição de produção (CP), sujeito, interdiscurso, memória e cenas da enunciação.

Na sequência, realizamos a seleção do cópua. Escolhemos as pichações, captadas por meio de fotografia, em dadas Instituições para compor as análises desta dissertação, com a finalidade de compreender os atravessamentos ideológicos que carregam essas produções, a partir de determinada condição de produção nas quais estão inseridas. A escolha pelo gênero pichação ocorreu pela preocupação em relação às vozes que ecoam pelos muros, na busca de espaço para se ouvirem e, também, pelo fato de ser um gênero bastante discriminado pela sociedade. A escolha por pichações em muros de Universidades Públicas ocorreu pelo fato de tentarmos detectar e entender o modo de reflexão a respeito da própria sociedade e pelo fato de ser um ambiente de domínio público e não privado.

Realizados tais procedimentos, essa pesquisa dividiu-se da seguinte forma: primeiramente, as considerações iniciais, como: introdução, justificativa, objetivos, metodologia, a seleção do cópua e a organização do trabalho; a seguir, o primeiro capítulo apresenta as influências linguísticas até a construção da teoria da AD. O capítulo dois é composto por uma perspectiva histórica da AD, surgimento e fases da teoria, além da discussão acerca dos conceitos utilizados nas análises. O terceiro capítulo focaliza o discurso urbano e o discurso político, os quais caracterizam os tipos de discursos das pichações

selecionadas. As análises foram feitas no capítulo quatro. Na sequência, as considerações e as reflexões dessa pesquisa. Por último, as referências teóricas utilizadas para a construção dessa dissertação.

## **4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

Esta dissertação é composta de uma Introdução contendo: justificativa, objetivo geral e objetivos específicos, procedimentos metodológicos e seleção de córpus e quatro capítulos que serão apresentados a seguir.

### **Capítulo I**

#### **Influências Linguísticas da Análise de Discurso**

O primeiro capítulo apresentará, resumidamente, as perspectivas teóricas que antecederam a Análise de Discurso, apresentando fatos importantes que serviram de base para a construção de uma nova teoria. Este capítulo nos dará um panorama, mesmo que breve, para que possamos compreender melhor os caminhos da Análise do Discurso. O espaço foi destinado a reflexões sobre a linguagem.

### **Capítulo II**

#### **O Advento da Análise de Discurso: fases e conceitos**

O capítulo abordará, de maneira sucinta, a história da Análise de Discurso, seu nascimento, seguindo com a apresentação das suas fases. Trataremos, também, de alguns conceitos fundamentais para a análise do córpus selecionado, tais como: formação ideológica (FI), formação discursiva (FD), condição de produção (CP), sujeito, interdiscurso, memória discursiva e cenas da enunciação.

### **Capítulo III**

#### **As relações de sentido: do discurso urbano ao discurso político**

Este capítulo tratará do discurso urbano e do discurso político. Estabelecemos uma forma de compreender o sujeito por meio de seus discursos, estudando a relação de significação entre sujeito, história e língua, numa dada condição – urbana e política.

## **Capítulo IV**

### **Análise do Córpus**

Neste capítulo, analisaremos as quatro pichações selecionadas, refletindo a teoria abordada em nossa pesquisa. Verificaremos o funcionamento das formações ideológicas na produção desses discursos bem como a influência das condições de produção.

Por fim, esta dissertação caminhou para reflexões e algumas considerações, seguidas pelas Referências teóricas utilizadas para sua construção.

## CAPÍTULO I

### DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS À ANÁLISE DE DISCURSO

#### 1 BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Para que possamos compreender a construção teórica da Análise de Discurso (AD), é preciso que retornemos a alguns pontos importantes da própria constituição da Linguística. Este capítulo tem a finalidade de apresentar um breve panorama das influências linguísticas para a AD, levando em consideração que a linguagem desperta interesse nos homens desde a antiguidade. A Linguística é uma ciência recente, surgiu no século XX. No entanto, muito antes de se firmar como ciência, a humanidade já demonstrava interesse pelas questões da língua e sua relação com o homem. Essa ciência se interessa e tem como objeto de estudo a linguagem, tanto em sua modalidade oral, quanto escrita.

Eni Orlandi, em seu livro intitulado *O que é Linguística*, traça, brevemente, um percurso do surgimento dos estudos acerca da linguagem. A autora apresenta que o interesse pela linguagem tem como marco inicial a antiguidade clássica, na Grécia, dentro dos estudos filosóficos, com a preocupação em definir se os nomes imitavam as coisas ou se os nomes eram escolhidos aleatoriamente. Ainda na Antiguidade, com os hindus, a partir da redescoberta do sânscrito, em meados do século XIX, apareceram os sofisticados estudos de linguagem, decorrentes do interesse religioso e, por esse motivo, desenvolveram estudos com o objetivo de compreender e determinar a pronúncia da língua nos cânticos sagrados.

No século XVII, as teorias sobre a linguagem são marcadas por uma perspectiva racionalista, evidenciando a linguagem como representação do pensamento, surgem as primeiras gramáticas gerais e racionais, que determinam princípios lógicos para o funcionamento da língua. A *Gramática de Port Royal*, escrita pelos franceses Claude Lancelot e Antoine Arnauld, em 1660, era a gramática modelo e apresentava o funcionamento da língua como um sistema automático, regido exclusivamente por estruturas lógicas. No século XIX, surge a Linguística Histórica, que trabalha a gramática de forma

comparativa, defendendo que, nas diferentes épocas, a língua comportava-se de determinada maneira, evidenciando a concepção de que as línguas são vivas e mutáveis. Não era mais a exatidão que importava, mas sim as mudanças linguísticas, e a principal contribuição das gramáticas comparativas foi mostrar que as mudanças são regulares. Resumidamente, há duas tendências iniciais: a primeira, chamada *formalismo*, ocupa-se da relação entre linguagem e pensamento; a segunda, chamada *sociologismo*, estuda o percurso social da linguagem.

A Linguística, como se conhece hoje, surge da teoria de Ferdinand de Saussure, com o *Curso de Linguística Geral*, entre os anos de 1907 e 1911. Ele deu à linguagem o *status* de uma ciência independente, formada por quatro disciplinas, que são equivalentes a quatro níveis de análises diferentes: 1) a fonologia, responsável pelas unidades sonoras; 2) a sintaxe, responsável pela estrutura das frases; 3) a morfologia, pelas formas das palavras e 4) a semântica, responsável pelos estudos do significado. A partir disso, a linguística passa a ter um objeto de pesquisa: a língua, que é um sistema de signos, sendo signo o conjunto de unidades que estão organizadas formando um todo.

Outra contribuição importante de Saussure é a distinção entre língua e fala, sendo a língua um sistema social e a fala um sistema individual. Nesse mesmo sentido, Saussure faz outra distinção relevante para os estudos linguísticos, a separação entre sincronia (o estado atual do sistema da língua) e a diacronia (sucessão, no tempo, de diferentes estados da língua em evolução). Apesar das muitas contribuições, sua teoria ainda possuía algumas limitações, pois ele tratava a língua como um sistema fechado, sem levar em consideração influências externas. Para Saussure (2006, p. 27),

o estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma essencial, tem como objeto a língua que é social em sua essência e é independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objetivo a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física.

O linguista Roman Jakobson, diferentemente de Saussure, preocupa-se com uma linguística que observa a linguagem em todos os seus

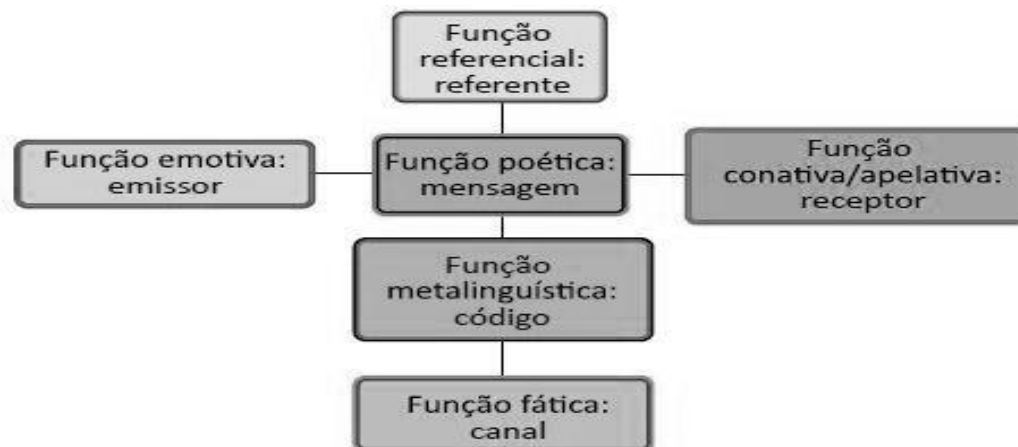
aspectos, ampliando os estudos feitos até então. Com Jakobson surgiu o estruturalismo, cujo foco são os aspectos comunicativos da linguagem e a teoria das funções da linguagem. As funções da linguagem foram divididas em seis: 1) função referencial (centrada no referente); 2) função emotiva (centrada no emissor); 3) função conativa (centrada no receptor); 4) função fática (o canal de comunicação); 5) função poética (centrada na mensagem) e, por fim, 6) função metalinguística (centrada no código).

Segundo Jakobson (1977), a função referencial tem como objetivo principal informar sobre dado assunto, ou seja, é dada ênfase ao contexto de comunicação, transmitindo uma informação. A função emotiva, como o próprio nome diz, busca transmitir as emoções e sentimentos de quem emite a mensagem, ou seja, é dada maior atenção ao emissor, que transmite uma mensagem subjetiva. Já a função conativa tem por finalidade influenciar e/ou persuadir o receptor da mensagem, isso ocorre por meio de uma linguagem apelativa; neste tipo de função, a ênfase é dada ao receptor. A função fática evidencia estabelecer um canal de comunicação entre o emissor e o receptor, a fim de estabelecer transmissão da mensagem, nesse sentido, a importância está no canal comunicativo. A quinta função, também conhecida como função poética, tem como principal intuito transmitir uma mensagem elaborada, a partir de palavras selecionadas cuidadosamente, pois, aqui, a mensagem é o mais importante. Por fim, a função metalinguística, usada para explicar o próprio código, ou seja, o símbolo é o tema da mensagem, a partir de uma função explicativa. E, segundo Jakobson (1977, p. 123),

Cada um desses seis fatores determina uma diferente função da linguagem. Embora distingamos seis aspectos básicos da linguagem, dificilmente lograríamos, contudo, encontrar mensagens verbais que preenchessem uma única função. A diversidade reside não no monopólio de algumas dessas diversas funções, mas numa diferente ordem hierárquica de funções. A estrutura verbal de uma mensagem depende basicamente da função predominante. Mas conquanto um pendor (Einstellung) para o referente, uma orientação para o CONTEXTO – em suma, a chamada função REFERENCIAL, “denotativa”, “cognitiva” – seja a tarefa dominante de numerosas mensagens, a participação adicional de outras funções em tais mensagens deve ser levada em conta pelo lingüista atento.

Nesse sentido, o esquema de comunicação estrutura-se conforme a imagem abaixo:

**Figura 1: Funções da Linguagem**



Fonte: próprio autor.

Os avanços dos estudos linguísticos devem muito à existência dos chamados círculos linguísticos, que eram formados por grupos de estudiosos que discutiam a linguagem por diversas perspectivas. Na Europa, havia três círculos principais: o primeiro, chamado Círculo Linguístico de Moscou, com início em 1915, a partir de Jakobson e outros formalistas. Esse círculo durou até o ano de 1923. O segundo, chamado Círculo Linguístico de Praga, foi retomado no ano de 1928, e Jakobson era o principal estudioso, mais uma vez. O último, denominado Círculo de Copenhague, fundado em 1931, tinha como principal teórico o linguista dinamarquês Louis Hjelmslev.

Conforme Orlandi (1999), até os anos de 1950, o estruturalismo dominou o campo dos estudos linguísticos. No início da década de 1960, surge um novo estudioso para trazer mudanças, o americano Noam Chomsky, que propõe uma teoria chamada Gramática Gerativa e centra seu objetivo na sintaxe. Segundo Orlandi (1999), tal gramática permite gerar um número infinito de frases, a partir de um número limitado de regras. Para Chomsky, é tarefa da linguística descrever a competência do falante, que constitui a capacidade inata que o indivíduo tem de produzir, compreender e reconhecer a língua; nesse sentido, a *performance* (uso da língua) não é relevante aos seus estudos, pois, conforme Chomsky (1971, p. 15),

[...] se algum dia viermos a compreender como a linguagem é usada ou adquirida, teremos de separar para estudo à parte e independente um sistema cognoscitivo, um sistema do conhecimento e da crença, que se cria na primeira infância e interatua com muitos outros fatores, para determinar os tipos de comportamento que observamos; introduzindo um termo técnico, devemos isolar e estudar o sistema da *competência lingüística* que está subjacente ao comportamento mas não é compreendido de um modo direto e simples no comportamento.

Resumidamente, o objetivo principal de Chomsky, com a gramática gerativa, era descrever a capacidade que o falante tem de produzir todos os enunciados da língua.

A partir dessa perspectiva, surgem outros teóricos com pensamentos voltados às ciências da linguagem, na tentativa de preencher algumas lacunas que foram deixadas, como o real uso da linguagem dos falantes, passando a dar importância não apenas à estrutura da língua, mas, também, ao contexto em que a linguagem ocorre, bem como ao momento sócio-histórico.

Émile Benveniste, em sua teoria da Enunciação, reintegrou aos estudos linguísticos a noção de subjetividade: o eu e o outro. Para ele, a subjetividade é a capacidade de o locutor se apresentar como sujeito de seu discurso, a partir da língua. Quando Benveniste dá atenção ao eu, diretamente dá atenção ao outro. A principal característica da teoria da enunciação é justamente colocar o sujeito no centro da linguagem, porque a enunciação é o processo de apropriação da língua.

Para Benveniste (1989, p. 84),

[...] a língua é uma realidade que somente se estabelece no ato enunciativo, quando expressa sua relação com o mundo. Dessa forma, a realidade deixa de estar fora da linguagem para se incorporar à enunciação, passando a construção de sentido pela noção de sujeito. Quando se declara locutor, esse sujeito instaura um *outro* diante de si, e por isso, toda enunciação “postula” um alocutário.

Por isso, nos estudos enunciativos, a exterioridade, ou seja, os aspectos históricos e sociais do sujeito, passa a ser considerada ferramenta

importante nos estudos da linguagem. Como podemos notar, as teorias discutidas até aqui deram conta de uma parte da ciência da linguagem, mas ainda existiam algumas limitações que precisavam ser pensadas. Assim, Mikhail Bakhtin entra em cena com a teoria do dialogismo.

O autor começa seus estudos com a proposta de que a língua une e forma o meio social imediato, ou seja, o contexto de enunciação deve ser objeto da análise linguística, estabelecendo as primeiras relações entre língua e exterioridade. Bakhtin lançou uma nova concepção de linguagem, como instrumento de inter-ação. Dessa forma, é por meio do dialogismo que os significados e os sentidos são produzidos nas relações dialógicas, isto é, no momento da enunciação, pois

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior. Este é um ponto de suma importância. No entanto, por mais elementar e evidente que ele possa parecer, o estudo das ideologias ainda não tirou todas as conseqüências que dele decorre (BAKHTIN, 1986, p. 33).

Para Bakhtin, diferentemente do que pensava Saussure, o signo não é inerte, mas acontece dialeticamente, ou seja, nas diferentes situações de enunciação, as palavras podem assumir diferentes significados.

De forma geral, chegamos, hoje, a um processo de transformação nas concepções da linguagem que, resumidamente, são: 1) a linguagem é a expressão do pensamento; 2) a linguagem é instrumento de comunicação; 3) a linguagem é uma forma ou um processo de interação.

A primeira concepção: a linguagem é a expressão do pensamento, é a concepção criada no começo dos estudos linguísticos, vem desde a tradição gramatical grega, até meados do século XX, quando começam a figurar os preceitos estruturalistas propostos por Saussure. Nesse momento, a língua é

entendida como um simples sistema de normas, acabado, fechado e abstrato. O texto é visto como um produto do pensamento, formado a partir de estruturas lógicas.

A segunda concepção: a linguagem é um instrumento de comunicação começa com os estudos de Saussure que vai até por volta dos anos de 1960, quando se começa a pensar a linguagem, relacionando língua e sociedade. Nessa concepção, a língua é um sistema de códigos que deve ser aprendido pelos falantes para um uso exclusivo: a comunicação.

Por fim, a terceira e última concepção: a linguagem é uma forma ou um processo de interação teve início a partir dos estudos de Bakhtin (1960) até os dias atuais. É uma concepção que enfatiza a importância da interação para a produção dos significados, pois a linguagem é social/coletiva/histórica e o indivíduo significa o mundo a partir da relação que estabelece com o outro, ou seja, a partir das relações entre os falantes e a exterioridade.

Levando em consideração as correntes abordadas, podemos notar que o conceito de linguagem se transformou ao longo dos anos, a forma de trabalhar com o objeto – língua, dessa ciência – linguagem foi se transformando. Nesse sentido, chegamos à Análise de Discurso e sua forma de percepção da materialidade linguística, atentando para as condições sociais, históricas e culturais que abarcam a linguagem. Atualmente, os estudos da linguagem prezam por uma pesquisa interdisciplinar, unindo diversas teorias que possam contribuir para diferentes perspectivas de ver um mesmo objeto. A AD, de acordo com Orlandi (2015), tem como proposta básica a relação da linguagem com a exterioridade, de tal forma que a exterioridade consiste nas condições de produção do discurso: o sujeito que enuncia, o sujeito que apreende, o momento de enunciação, bem como o contexto sócio-histórico.

Para a AD, a linguagem é constitutiva do sujeito, a língua não aparece como um sistema abstrato (ideologicamente neutro) ou como um código (função de informar). O discurso tem a regularidade de uma prática, como as práticas sociais. Ele é definido como efeito de sentido, através da noção de sujeito, de ideologia e de situação social e histórica. Nesta pesquisa, buscamos, a partir dessas elucidações teóricas, estudar o funcionamento do gênero pichação em articulação com as formações ideológicas.

No entanto, as influências para o surgimento da AD não vieram somente dos estudos da linguagem, há também as teorias sobre a materialidade histórica, com Althusser, bem como as pesquisas acerca do sujeito, como a psicanálise (Lacan). A reflexão althusseriana sobre as relações de poder é fundamental para o conceito de formação ideológica (FI) dentro da AD. Althusser, relendo Marx, chega à conclusão de que a ideologia tem o papel de sobredeterminar o sentido das ações sociais de cada sujeito, à medida que ela interpela o indivíduo como sujeito, ou seja, o indivíduo só se torna sujeito quando é assujeitado à ideologia. Para Althusser (1985), a ideologia sempre representa uma posição de classe, independentemente se a ideologia em questão for a religiosa, a política ou qualquer outra, porque a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Logo, os indivíduos são sobredeterminados pelas forças exteriores (política, história, etc.). Althusser, em sua obra *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*, apresenta conceitos que permitiram tratar dos fatores extralinguísticos que influenciam a constituição dos enunciados, ou seja, o autor percebeu como os enunciados podem possuir diversos efeitos de sentidos, decorrentes da ideologia. Na AD, os conceitos construídos por Althusser são instrumentos essenciais para compreender a formação dos sentidos, explicando os efeitos que a ideologia possui nos enunciados.

Nesse sentido, Pêcheux (2009) acrescenta que, ao recorrer aos conceitos de Althusser (sobredeterminação, ideologia e interpelação), conseguiu construir sua teoria acerca da materialidade histórica do discurso, evidenciando que a linguagem e as práticas discursivas são sobredeterminadas ideologicamente, fazendo com que os sentidos dos enunciados possam ser produzidos na medida em que a ideologia interpela os indivíduos, transformando-os em sujeitos. Por atender a essa interpelação de modo inconsciente, o sujeito é, portanto, assujeitado pela ideologia e pelas condições sociais na qual está inserido.

A releitura<sup>1</sup> que Jacques Lacan faz de Freud é fundamental, na Análise de Discurso, para a compreensão da noção de sujeito clivado, bem

---

<sup>1</sup>De acordo com Barroso (2012), em Freud o conceito de sujeito não é explícito, mas constituído nas entrelinhas da sua teoria, uma vez que, para ele, o sujeito não existe por si, mas pode surgir a partir do inconsciente. No entanto, para Lacan, o sujeito é material, pois é

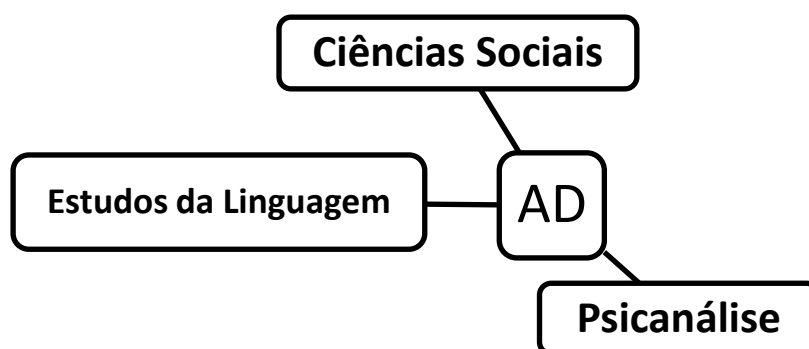
como a noção da língua como sujeita a falhas (equivocos), o que faz com que o discurso seja entendido como efeito de sentido, uma vez que se pode tudo dizer, no entanto, é impossível que tudo seja dito.

Em Lacan, problematiza-se a questão da produção de sentidos por um sujeito cindido, tomado pelo inconsciente (uma vez que o sujeito acha que é a fonte do que diz; no entanto, ele é constituído por discursos anteriores), ou seja,

O inconsciente é esse capítulo da minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: isto é o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser reencontrada; o mais das vezes ela já está escrita em algum lugar (LACAN, 1978, p. 124).

Além das contribuições dos estudos linguísticos, a Análise de Discurso teve outras grandes influências teóricas, as quais aprofundaremos no capítulo a seguir. Pelas Ciências Sociais com o materialismo histórico, pela Psicanálise com a constituição do sujeito e, então, pelos estudos linguísticos em materializar o discurso.

**Figura 2: Formação da Análise de Discurso**



Fonte: próprio autor.

---

fruto das condições em que se insere. Apensar dos embates, o sujeito, para ambos os autores, nunca deixou de ser estudado, pois sua existência é da ordem do efeito, não propriamente da substância.

## CAPÍTULO II

### ADVENTO DA ANÁLISE DE DISCURSO E SUAS FASES

#### 2 PERCURSO HISTÓRICO DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA

A Análise de Discurso, de linha francesa, tem como marco inicial os anos 1960, na França, graças aos trabalhos do filósofo Michel Pêcheux que visava levar em consideração a linguagem como fato e não apenas como dado, como estava sendo tratada até então e, além disso, ela teve suas origens ligadas a questões de ordem política - decorrentes da época.

O núcleo dessas pesquisas foi o estudo do discurso político conduzido por lingüistas e historiadores com uma metodologia que associava a lingüística estrutural a uma “teoria da ideologia”, simultaneamente inspirada na releitura da obra de Marx pelo filósofo Louis Althusser e na psicanálise de Lacan (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 202).

Para Mussalim (2004, p. 101), falar a respeito da AD pode ser bastante complexo, pois “pode significar, num primeiro momento, algo vago e amplo, praticamente pode significar qualquer coisa, já que toda produção de linguagem pode ser considerada ‘discurso’”.

De acordo com Malidier (2003, p. 16), “o projeto de Michel Pêcheux nasceu na conjuntura dos anos de 1960, sob o signo da articulação entre a lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise” e foi concebido em fases. A primeira fase surgiu com a publicação da obra de Pêcheux *Análise automática do discurso*, em 1969 (AAD69). Esse primeiro momento, como já mencionado, girava em torno do discurso político, deixando evidente, desde a origem, a influência do materialismo histórico. Denominada como “o tempo das grandes construções”, essa fase foi de 1969 a 1975, aproximadamente.

O foco da primeira fase da AD é o discurso próprio, a produção discursiva, a AD-1 é vista como uma máquina fechada em si, na qual o discurso é autodeterminado. Nesse contexto, o discurso é um procedimento por etapa e fixo, restrito a um começo e a um fim predeterminados, pois as máquinas discursivas constituem unidades já determinadas.

Mussalim (2004, p. 118) esclarece:

Com relação aos procedimentos de análise da AD-1, eles são realizados por etapas, apresentados a seguir:

- a) primeiramente se seleciona um corpus fechado de seqüências discursivas (um manifesto político, por exemplo);
- b) em seguida faz-se a análise lingüística de cada sequência, considerando as construções sintáticas (de que maneira são estabelecidas as relações entre os enunciados) e o léxico (levantamento de vocabulário);
- c) passa-se depois à análise discursiva, que consiste basicamente em construir sítios de identidades a partir da percepção da relação de sinonímia (substituição de uma palavra por outra no contexto) e de paráfrase (seqüências substituíveis entre si no contexto);
- d) por fim, procura-se mostrar que tais relações de sinonímia e paráfrase são decorrentes de uma mesma estrutura geradora do processo discursivo.

Nesse período, Michel Pêcheux buscou contribuições de diversas áreas do conhecimento e, por tal motivo, a AD-1 ficou conhecida como o tempo das grandes construções, pois teve como finalidade formular conceitos que seriam importantes para o desenvolvimento da teoria. Nesse momento se estabelecia a relação entre ideologia, discurso e subjetividade, entendendo o indivíduo como um sujeito de uma formação social, uma vez que só se reconhece no interior das práticas discursivas.

Assim, de acordo com essa concepção, pensar no discurso é considerar o sujeito e seus atravessamentos como aspectos intrínsecos à produção discursiva, ou seja, o sujeito ocupa determinado lugar no interior das formações sociais, sendo assujeitado por dada ideologia que irá sobressair nos sentidos enunciados em seu discurso.

Maldidier (2003) comenta que Pêcheux escreveu dois artigos, nesse momento, os quais fazem referência ao materialismo histórico e à psicanálise. O primeiro foi produzido no ano de 1966, intitulado *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais, especialmente da psicologia social*; o segundo, escrito em 1968, com o título *Nota para uma teoria geral das ideologias*. Esses artigos evidenciam seus pensamentos acerca do sujeito e suas posições ideológicas desde o começo da teoria.

Com o AAD69, Pêcheux, segundo Souza (2006, p. 82), busca uma renovação no campo dos estudos linguísticos; nascia, então, “uma espécie de

cavalo de Tróia destinado a ser introduzido nas ciências sociais para nelas promover um deslocamento”.

A segunda fase, que ocorreu de 1976 a 1979, é denominada de “tateamentos” e está pautada, principalmente, nas questões acerca das formações discursivas. Na AD-2, o principal foco é o discurso outro, ou seja, a relação estabelecida entre as máquinas discursivas. Pêcheux se aprofunda no conceito de Formação Discursiva (FD), emprestado de Michel Foucault. Souza (2006, p. 89) aponta que a FD consiste naquilo “que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar definido socialmente”. Para Mussalim (2004, p. 119),

[...] uma FD determina o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social. Assim, uma formação discursiva é marcada por regularidades, ou seja, por “regras de formações”, concebidas como mecanismos de controle que determinam o interno (o que pertence) e o externo (o que não pertence) de uma formação discursiva. Assim, uma FD, ao definir-se sempre em relação a um externo, ou seja, em relação a outras FDs, não pode mais ser concebida como um espaço estrutural fechado. Ela será sempre invadida por elementos que vêm de outro lugar, de outras formações discursivas.

Desse modo, compreendemos a FD como um sistema de constante retomada e reformulação dos enunciados proferidos. As formações discursivas não são blocos isolados, muito pelo contrário, elas se constituem, justamente, por não serem homogêneas, mas por estarem em constante movimento, pois os sentidos estão sempre se reconfigurando.

Além do conceito de FD, nesse momento, Pêcheux também pensa o conceito de interdiscurso – que constitui aquilo que determina o discurso do sujeito e, no processo discursivo, é reformulado no próprio sujeito – que abre portas para dois outros conceitos fundamentais para a Análise do Discurso que são a memória e os esquecimentos, todos ligados diretamente à questão da FD. De acordo com Souza (2006, p. 90), o interdiscurso “é o espaço ideológico onde se desenvolvem as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição”, a memória, segundo o mesmo autor, “consiste nos saberes compartilhados socialmente, cuja historicidade é apagada para o sujeito” e, por último, o esquecimento, que foi classificado por Pêcheux em dois tipos: a) o esquecimento número 1 está atrelado a um apagamento do sujeito ideologicamente, ou seja, ele esquece que é

determinado ideologicamente, regido por um FD; b) o esquecimento número 2 está relacionado à forma pela qual o sujeito enuncia seu discurso, mas o mesmo sujeito esquece o que motivou sua escolha por uma determinada formação e não por outra.

O sujeito, na análise do discurso, não é a fonte absoluta dos sentidos; afinal, ele se constitui – enquanto sujeito – a partir das falas dos outros sujeitos. Nesse sentido, o sujeito pode ser entendido como um aglomerado de vozes, por isso Pêcheux afirma que ele é afetado por esses dois tipos de esquecimentos. O primeiro esquecimento consiste em um tipo de esquecimento no qual o sujeito compreende ser a origem de tudo o que enuncia. Assim, é um esquecimento de natureza ideológica e inconsciente, pois o sujeito acredita ser o criador e a origem do discurso. Por outro lado, o esquecimento 2 acontece porque o sujeito tem a ilusão de que o que diz tem apenas um significado, ou seja, de que o dito só pode ser dito como ele disse. Esse esquecimento, diferentemente do anterior, é de natureza consciente ou pré-consciente, pois o sujeito acredita que está se posicionando de uma forma e não outra, por livre escolha. No entanto, os sujeitos não possuem controle total sobre os efeitos de sentidos que seu dizer pode provocar. Assim, de acordo com essas concepções, o sujeito é questionado como sendo o centro e a origem dos sentidos, uma vez que seu discurso depende e sempre dependerá das relações com os outros discursos.

Na terceira fase, de 1980 a 1983, chamada de “a desconstrução domesticada”, a AD passou por processos decisivos de desconstrução e reconstrução teórica, com o objetivo de firmar os conceitos elaborados anteriormente, como a noção de FD e a questão da posição do sujeito no discurso. O foco da AD-3 é o discurso em sua forma heterogênea e, também, a desconstrução da maquinaria discursiva, instaurada pela AAD69. Souza (2006) afirma que, nessa fase, a AD é marcada pela alteridade na identidade discursiva. E Mussalim (2004, p. 120) acrescenta:

Na AD-3, por sua vez, adota-se a perspectiva segundo a qual os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso. Será a relação

interdiscursiva, portanto, que estruturará a identidade das FDs em questão.

O ponto-chave desse período foi o colóquio “Materialidades Discursivas”, realizado em 1980, em Natterre. O colóquio foi responsável por agrupar um grande número de estudiosos dispostos a repensar a AD. Foi um momento de reelaboração da AD e teve Pêcheux como principal nome, além de dar destaque a Jean-Marie Marandin (conhecido de Pêcheux, apresentou uma forma de pensar o discurso sem o marxismo, mas com enfoque em Foucault) e Jacqueline Authier-Revuz (responsável por trazer para a AD discussões sobre a heterogeneidade do discurso).

Jean-Marie Marandin defendeu sua tese tendo Pêcheux como membro do júri, apresentando, como citado acima, uma forma de pensar o discurso sem utilizar a referência marxista, mas a partir dos pensamentos de Foucault, levando sua análise para o campo do acontecimento discursivo. Maldidier (2003) aponta que Marandin, em seus estudos, balançava entre os conceitos de interdiscurso e intradiscurso e fazia, também, aparecer questões acerca da sequencialidade do discurso, que chamaria, posteriormente, de discursividade.

Já o trabalho de Jacqueline Authier-Revuz trazia rupturas no fio do discurso, evidenciando o surgimento de um discurso no interior do próprio discurso. Authier-Revuz trouxe para a AD questões fundamentais para o conceito de heterogeneidade discursiva. Suas investigações apontaram dois tipos de manifestação da heterogeneidade no processo discursivo, a heterogeneidade mostrada – em que o sujeito enunciador retoma o discurso do outro e, ao fazê-lo, inscreve conscientemente o outro em seu espaço discursivo, evidenciando, nitidamente, o dizer que pertence ao outro e o próprio dizer; e a heterogeneidade constitutiva – em que o outro constitui o sujeito e este sujeito nem sabe quem é, ou seja, tudo o que atravessou esse sujeito durante toda sua vida, leituras, pesquisas, estudos, etc.

Voltando à época de reestruturação da AD (1980), Souza (2006, p. 93) acrescenta que

esse momento de reconstrução ou redirecionamento teórico vai gerar novos procedimentos que irão desconstruir as

'maquinarias discursivas' das fases anteriores. Esse redirecionamento, apoiado na discussão sobre interpretação, aprofunda a noção de interdiscurso, afasta a AD do dogmatismo althusseriano e a levam ao encontro de Bakhtin e Foucault, principalmente a partir da leitura desse último feita por J.J Courtine.

Em relação aos novos pensadores, Jean-Jacques Courtine aborda a memória no discurso, atualizando as ideias apresentadas anteriormente por Foucault. O conceito de interdiscurso, que consiste naquilo que fala antes, em outro lugar, foi desenvolvido durante essa fase, além do conceito de memória discursiva, que, de acordo com Orlandi (2015), é tratada como o próprio interdiscurso. Além disso, o conceito de FD é agora pensado por meio do interdiscurso.

Ainda, nessa fase, o sujeito está dividido entre o consciente e o inconsciente. Souza (2006) aponta que Bakhtin foi importante a Pêcheux, nesse momento, para a compreensão de um sujeito que, mesmo constrangido por uma série de aspectos (CPs, FDs, FI), posiciona-se em relação ao interdiscurso, pois, para Bakhtin, a partir da sua teoria do dialogismo, todo enunciado constitui-se através de outro enunciado, portanto, em uma enunciação ouvem-se, pelo menos, duas vozes. Para ele, um enunciado é sempre heterogêneo, porque revela mais de uma posição, a de quem enuncia e a de quem apreende. Nesse sentido, Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 458) apontam que o sujeito

se desdobra na medida em que é levado a desempenhar alternativamente dois papéis de bases diferentes: papel sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor, e papel do sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato. Cada um desses papéis conduz o sujeito do discurso a se lançar em operações diferentes.

A terceira fase moldou a Análise de Discurso ao que conhecemos hoje: uma disciplina inquietante, sempre disposta a encarar novos conceitos e novas formas de pensar, uma disciplina que, segundo Mazière (2007), possibilita uma parceria interdisciplinar, a partir da pluralidade dos objetos estudados, pois seu objeto de reflexão – o discurso – exigia formas de análises

específicas como, por exemplo, a análise da ideologia, do sujeito, dos fatos políticos e históricos e, ainda, suas relações com a sociedade; afinal, todos esses elementos são fundamentais para compreender as relações sociais em sua totalidade, pelo olhar sócio-histórico-ideológico, e isso só era possível por meio da linguagem, através dos estudos linguísticos.

De forma geral, a Análise de Discurso Francesa é uma ferramenta de análise que nos oferece elementos de cunho histórico, filosófico, pragmático e social, pois considera as situações de comunicação atravessadas pelas formações ideológicas de cada sujeito, levando em consideração as regras que regem as formações discursivas as quais cada sujeito pertence. Fiorin (1998) acrescenta que a AD é o estudo do discurso em enunciação – a discursivização – ou seja, uma reflexão das relações entre CPs dos discursos e seus processos de constituição. Nesse mesmo sentido, Souza (2006, p. 99) aponta que no

[...] percurso da teoria do discurso desenvolvida por Michel Pêcheux, vimos um deslocamento de noções fechadas para abertas, de um certo determinismo althusseriano para uma certa determinação do real da história, (...) da ênfase no um para a ênfase no outro e seu papel na constitutividade do um.

Por fim, chegamos ao Brasil e seus desdobramentos, que consiste nos estudos discursivos realizados a partir das ideias de Pêcheux, feitos, inicialmente, por Eni Orlandi, da Universidade de Campinas, atuando na AD como professora, orientadora e, principalmente, pesquisadora. De acordo com Souza (2006, p. 101), a

prática teórica da AD no Brasil a qualifica como tendo configuração igual e diferente daquela de Michel Pêcheux. Igual no solo teórico em comum, diferente na utilização de procedimentos informatizados para implementar sua teoria. Ao mesmo tempo, sabemos que sem a teoria de discurso de Pêcheux, a prática do que chamamos de Escola Brasileira de Análise do Discurso apontaria para outros caminhos, talvez bem diferentes dos agora trilhados. É, materializada na prática científica, a heterogeneidade constitutiva.

A AD teve grandes impasses com a linguística, em seu início no Brasil, até que se fez compreender que não estava aqui para competir com os

outros estudos linguísticos, afinal, não se pode pensar em AD sem a linguística. Orlandi (2015) afirma que pensamos a língua como fato e, a partir disso, significamos o que é social, ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia e, por fim, a ideologia e o inconsciente.

E, segundo Mazière (2007, p. 16),

[...] mesmo não sendo possível negligenciar as formas gramaticais da língua e mesmo que a principal mensagem enviada pela AD aos historiadores, aos politólogos ou aos sociólogos é que a “língua não é transparente”, não é mero instrumento que serve para transmitir um sentido “já presente”, constituído anteriormente à discursivização, os analistas, não obstante, se debruçaram sobre o que se deve entender por *língua*.

Nesse sentido, Orlandi (2015) acrescenta que a Análise de Discurso considera tanto o que é de ordem linguística, bem como o que é histórico e político e, assim, se configura, então, como uma desdisciplina, pois se constrói a partir da materialidade linguística (objeto linguístico) e, também, das ciências de formações sociais (objeto histórico). Ainda de acordo com a autora, a AD trata do discurso, da palavra em curso, em movimento, como prática da linguagem, analisando o homem falando.

Na mesma perspectiva, Orlandi (2015, p. 38) esclarece:

a Análise do Discurso, que se desenvolveu no Brasil, com seus deslocamentos, tem seu objeto próprio, o discurso, e é capaz de praticar uma teoria não subjetiva do sujeito, em que o sentido resulta de processos de significação que não se prendem à literalidade, mas derivam da inscrição de palavras e expressões em formações discursivas que são reflexos de formações ideológicas.

Assim, para AD, o que se deve levar em consideração para a compreensão/produção dos efeitos de sentidos não é o texto como objeto fechado, mas a partir da sua relação com o exterior, com as condições externas (história, língua, ideologia). A AD surge para trazer novos questionamentos em relação aos efeitos de sentidos que são produzidos por meio dos discursos proferidos. Para Maingueneau (2015), a AD apareceu com

a finalidade de estudar o discurso, a partir da sua relação com as situações sócio-históricas em que está inserido.

Dessa forma, o estudo do discurso exige uma análise que vai além da materialidade linguística, torna-se necessário estudar os diversos processos que constituem o discurso, ou seja, as condições de produção em que estão inseridos ou mesmo foram produzidos e as ideologias que atravessam os sujeitos.

Nas palavras de Souza (2006, p. 106),

a linguagem [...] é atravessada pelo histórico, pelo social, pela ideologia. E onde há seres humanos, há linguagem. Daí as possibilidades da Análise de Discurso e sua crescente capilaridade nas ciências. Constituir, arriscar, seduzir, surpreender: eis aqui as propriedades da linguagem.

Assim se faz a AD: entre a linguística e essas outras ciências. E, cada vez mais, pesquisadores de tantas outras áreas buscam na AD uma maneira de observar seus objetos de forma diferente – por meio da linguagem. Com base em Pêcheux, Orlandi (2011) esclarece que a AD se constitui, em especial, da articulação de três campos científicos: 1) pelo materialismo histórico, como teoria das áreas sociais, em que compreendemos a noção de ideologia; 2) pela linguística, em que compreendemos a noção dos processos de enunciação bem como os mecanismos sintáticos; e, por fim, 3) pela teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos de sentidos. Além disso, segundo a autora, há, no entremeio, contribuições da psicanálise, em que estudos são destinados à compreensão/caracterização do sujeito da AD. Nesse sentido, buscamos captar, neste trabalho, como os discursos – em especial as pichações – se expressam, se constituem e se legitimam a partir do uso da linguagem.

Conforme Orlandi (2015), o sujeito vê e compreende o mundo de forma distinta, pois possui atravessamentos culturais e históricos diferentes uns dos outros. Além disso, os sentidos só são possíveis de serem compreendidos em sua relação com a exterioridade, ou seja, a partir das condições nas quais os discursos foram produzidos e, também, com os atravessamentos ideológicos que abarcaram os sujeitos que produziram os discursos. Em outras

palavras, podemos dizer que, para a AD, os sentidos são construídos sócio-historicamente.

Por isso, o discurso é mutável e instável, fazendo com que um discurso seja originado de outros discursos, originando um novo discurso, formando infinitas possibilidades de construções, justificando a produção deste trabalho: os múltiplos efeitos de sentidos que os discursos podem proporcionar. Afinal, sempre há algo para explicar, estudar e explorar, evidenciado pelos componentes sociais, históricos e políticos.

Se partirmos do fato de que as línguas só existem na medida em que se acham associadas a grupos humanos, podemos chegar à conclusão de que, na língua, o social e o histórico coincidem. Trata-se sempre de ação (trabalho) humano. Nem a sociedade nem as línguas se modificam autonomamente. São os atos dos homens que tomam parte delas que as vão transformando. O caráter histórico da língua está em ser ela um fato social no qual entram em caráter de processo, a intervenção da memória, a relativa estabilidade do sistema e das funções sociais e normas de comportamento. As convenções estão estreitamente ligadas ao caráter histórico da língua (ORLANDI, 2011, p. 99).

Pêcheux (1990) alega que o discurso constitui-se de uma prática, não apenas da representação do mundo, mas da significação que o mundo possui. Baccega (2007) acrescenta que o processo de significação dos discursos é decorrente das relações estabelecidas pelos indivíduos, seja na mesma época ou em épocas diferentes, com a mesma classe social ou classes sociais distintas, ou seja, os sentidos são construídos a partir do seu lugar como sujeito.

Logo, o sujeito é resultante de vários discursos e é, também, assujeitado a essas formações sociais (história, ideologia, cultura), o que possibilita a existência de uma cadeia infinita de discursos, afinal, nada é novo. Além disso, não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem atravessamentos ideológicos.

Segundo Maingueneau (2015), o discurso é uma organização que vai além da frase, reafirmando a necessidade das condições extralinguísticas, pois o discurso é uma forma de ação, ao passo que a enunciação tem ação sobre o outro, principalmente, pelos aspectos da própria formação discursiva.

O discurso é construído e reconstruído, continuamente, no seio das práticas sociais de cada sujeito.

Por essa perspectiva, os sujeitos produzem seus discursos para transmitir sentidos, exprimindo – por meio de sua mensagem – crenças próprias. Nesse sentido, as significações serão construídas a partir das condições vivenciadas pelos leitores/ouvintes. Orlandi (2004, p. 51) completa que “não há dizer sem memória. Não há sequer autoria sem repetição. Não há sentido que não se inscreva na relação das formações discursivas”, ou seja, todo discurso tem origem em um discurso anterior, nada é original nem único e os sentidos são compreendidos a partir da condição de cada sujeito, logo pode significar de diferentes formas.

Pretendemos, a partir de nossas análises, verificar os efeitos de sentidos que são produzidos por essas pichações, compreendendo os atravessamentos sócio-históricos e ideológicos que cada um desses discursos carrega.

## 2.1 DISPOSITIVO ANALÍTICO PARA ANÁLISE DO CÓRPUS

### 2.1.1 A Formação Ideológica (FI)

Em relação ao termo ideologia, Chauí, em seu livro *O que é ideologia*, elucida, brevemente, seu surgimento e algumas definições criadas ao longo dos anos. A autora aponta que o primeiro estudioso a utilizar o termo foi Destutt de Tracy, no ano de 1801, em seu livro *Elements d' Ideologie*. Destutt, com outros estudiosos, buscava apresentar uma ciência que explorasse o surgimento das ideias, tratando-as a partir da relação do homem com o meio ambiente. Nesse sentido, Tracy elaborou uma teoria “sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas idéias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória)” (CHAUI, 1980, p. 22). A partir de Napoleão Bonaparte, o termo ideologia adquiriu novo sentido, o que antes designava uma ciência natural de aquisição do homem passa a ser um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua relação real com o real.

Chaui (1980) acrescenta que, depois disso, o termo ideologia voltou a ser utilizado em seu sentido mais próximo do original por Augusto Comte, em seu livro *Cours de philosophie positive*, apontando que o termo passou a ter dois significados: no primeiro, a ideologia continua sendo uma atividade filosófico-científica que analisa as relações estabelecidas entre o homem e o meio ambiente, tendo como partida as sensações vivenciadas; no segundo, a ideologia significa o conjunto de ideias de uma determinada época, como se fosse a “opinião geral” daquela sociedade.

Com a finalidade de refletir sobre os aspectos ideológicos, outros tantos autores dedicaram-se ao seu estudo, como, por exemplo, Kant e Hegel. Mas a pesquisa sobre ideologia ganhou força a partir das ideias de Marx e Engels. Na concepção deles, a ideologia é vista como a separação que se faz entre a produção de ideias e as condições sociais e históricas em que essas ideias são produzidas, ou seja, o termo ideologia está reduzido a um mascaramento da realidade social, isso é definido pelo fato de os autores tomarem como base o sistema capitalista como ponto de partida para redefinir a teoria sobre ideologias.

Segundo o marxismo, a ideologia serve como legitimadora do poder da classe dominante, ou seja, quando presente no discurso político, por exemplo, pode servir como legitimadora de poder para a classe dominante bem como um discurso revolucionário para a classe dominada. A ideologia é própria desses aspectos históricos, por exemplo, numa dada formação social, existem inúmeras visões de mundo, assim como existem inúmeras classes sociais, no entanto, a ideologia que será dominante está ligada à ideologia da classe dominante, logo, “no modo de produção capitalista, a ideologia dominante é a ideologia burguesa”, conforme Fiorin (1998, p. 31).

Assim, há, de um lado, a ideologia a partir das ideias marxistas, em que o discurso serve para legitimar o poder de determinado grupo social. Do outro lado, existe a noção mais ampla de ideologia, na qual todos os discursos se constituem desse fenômeno, inscrito no campo da subjetividade. Nesse sentido, foi baseado nos conceitos de Marx e Engels que Althusser desenvolveu sua teoria, a base epistemológica da Análise de Discurso, segundo Souza (2006).

De acordo com Brandão (1997), o conceito de ideologia, em Althusser, está atrelado aos aparelhos ideológicos de estado, pois declara que a classe dominante, para exercer seu poder, gera mecanismos de perpetuação e reprodução das ideias. Para o autor, o funcionamento da ideologia acontece através dos Aparelhos Repressores (ARE), que são: o governo, a administração, o exército, a polícia e os tribunais e, também, pelos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE): a religião, a escola, a família, a política, a cultura, entre outros. Contudo, Althusser (1985), ao apresentar diferenças entre os ARE e os AIE, ressalta que não é possível haver um Aparelho exclusivamente repressivo ou ideológico, o que existe é um predomínio de um sobre o outro.

O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também através da ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os “valores” por eles propostos.

Da mesma forma, mais inversamente, devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, a Escola, as Igrejas “moldam” por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção, etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas. E assim a Família... Assim o Aparelho IE cultural (a censura, para mencionar apenas ela) etc. (ALTHUSSER, 1985, p. 70).

Althusser (1985) ainda formulou três hipóteses para explicar a ideologia: 1) a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência; 2) a ideologia tem sua existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas; 3) a ideologia interpela indivíduos em sujeitos.

Para Orlandi (2016, p. 153), na AD existe um princípio discursivo básico, defendendo que não há discurso sem sujeito, da mesma forma que não existe sujeito sem ideologia; afinal, no discurso constatamos a relação entre língua e ideologia, pois “ao observarmos como a língua produz sentidos temos acesso ao modo como a ideologia está presente na constituição do sujeito e dos sentidos”.

Portanto, a ideologia é um conjunto de ideias e visões de mundo que orientam o comportamento dos indivíduos socialmente, ou seja, a ideologia é um sistema de pensamento restrito a ele próprio e é construído em torno de valores que determinados grupos sociais – em geral, os que possuem o poder – impõem. Fiorin (1998) acrescenta que a ideologia existe para justificar e explicar a sociedade. Nesse sentido, a formação ideológica (FI) é compreendida como a visão de mundo de dada classe social que institui, direta ou indiretamente, o que o restante da sociedade deve fazer ou mesmo pensar.

Chauí (1980), em seu livro *O que é ideologia*, define ideologia como um conjunto sistemático de normas e regras de comportamento, além de ser, também, um conjunto lógico de representação de valores e de ideias, regendo o comportamento da sociedade, determinando o que devem pensar. A ideologia é prescritiva, normativa e, principalmente, reguladora, sua principal função é conseguir explicar – racionalmente – aos membros de toda a sociedade as diferenças políticas, culturais, econômicas e sociais, sem evidenciar a problemática acerca da divisão de classes e, sobretudo, em relação às lutas de classes. Mais do que isso, é função da ideologia proporcionar um apagamento das diferenças sociais existentes, induzindo a sociedade a uma ideia de igualdade.

De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2014), o conceito de ideologia é fundamental na AD, pois é responsável por representar as relações imaginárias dos indivíduos com sua existência; afinal, como afirma Althusser, ela interpela os indivíduos em sujeitos.

Sendo assim, não existe sujeito sem uma ideologia que o constitua e, por esse motivo, todo discurso proferido por esse sujeito está atravessado por uma ideologia, que lhe é presente desde o nascimento. Segundo Brandão (1997), é por meio do discurso que a ideologia se manifesta e, também, que o sujeito revela suas marcas. Logo, as relações sócio-histórico-ideológicas vividas por esse sujeito irão se materializar em seu discurso; afinal, conforme Chauí (1980, p. 10), “um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social”, com a finalidade de fazer com que dadas ideias expliquem dada realidade, no entanto, é a própria realidade que faz compreender as ideias elaboradas socialmente.

Ainda de acordo com Chauí (1980, p. 20), a história não é a sucessão de fatos nem progresso das ideias, mas a maneira como os homens que são determinados criam os meios e as formas do seu ser social, reproduzindo e transformando “essa existência social que é econômica, política e cultural”, pois a sociedade é responsável pela produção de sentidos e esses sentidos são construídos com base em um momento social.

A ideologia [...] é um ‘fato’ social justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira da produção de ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas pelas relações sociais (CHAUI, 1980, p. 31).

A FI é um sistema que representa determinada existência, em uma sociedade dada, a partir das condições sócio-históricas e funciona com suas próprias regras. Logo, o sujeito na AD constitui-se a partir de todos esses atravessamentos ideológicos, sendo, portanto, um sujeito ‘assujeitado’, pois são interpelados por ideologias. Nesse sentido, Orlandi (2015) acrescenta que o sujeito não é dono daquilo que diz, muito menos profere um discurso novo, pois todos os seus dizeres estão atravessados por formações ideológicas; afinal, o sujeito da AD é essencialmente ideológico e histórico, pois está sempre inserido em dado lugar e tempo, assim, ele sempre posiciona seu discurso a partir das condições de produção nas quais está inserido.

Para Fiorin (1998), o homem aprende a enxergar o mundo e as relações sociais por meio dos atravessamentos ideológicos que constituem todos os discursos sociais e esse mesmo homem reproduz esses discursos. De toda forma, o discurso não é a expressão fiel da consciência, uma vez que existem os atravessamentos e as interpelações. Assim, os dizeres se dão por meio dos discursos que os sujeitos interiorizam ao longo dos anos. Desse modo, de acordo com Charaudeau e Maingueneau (2014), o sujeito do discurso, pelo viés da AD, é interpelado pelas formações ideológicas.

Segundo Pêcheux (2009, p. 145), não há como o sujeito negar sua ideologia. O autor, inclusive, exemplifica utilizando a figura do soldado francês

que nunca recua, então “se você é um *verdadeiro* soldado francês, o que, de fato, você é, então você não *pode/deve* recuar”.

Desse modo, é a ideologia que através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de “desvios” lingüisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem” aquilo que chamamos *o caráter material do sentidos* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2009, p. 145).

Acerca do funcionamento ideológico, Baccega (2007, p. 34) enfatiza que a ideologia só existe nas relações sociais, pois ela se forma por meio de um sistema de valores, “modo de ver o mundo, modo de ver a sociedade, modo que o homem vê a si e aos outros”, ou seja, ela condiciona o sujeito a determinados valores e comportamentos.

Para compreendermos os sentidos que são produzidos pelos discursos, é necessário que consigamos estabelecer uma relação entre a língua, a história e a própria ideologia. Não há sentido sem interpretação e a compreensão dos sentidos é apreendida a partir dos atravessamentos ideológicos que interpelam cada indivíduo, por esse motivo os sentidos são múltiplos e diversos. Orlandi (2015, p. 45) esclarece:

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia.

De fato, compreender o funcionamento das formações ideológicas contribui abundantemente para esta pesquisa, tanto pelos aspectos relacionados à linguagem, quanto pelos aspectos do discurso urbano, pois a pichação está intimamente ligada às práticas sociais, e sua linguagem revela determinados atravessamentos ideológicos.

Dessa forma, a partir do gênero<sup>2</sup> pichação, constatamos que a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, e os discursos são governados por formações ideológicas (FIs) e essas, por sua vez, revelam as formações discursivas (FDs). Por essa perspectiva, a ideologia torna-se produto de um conjunto de vozes assimiladas pelo sujeito para a construção e apreensão de sentidos. Afinal, os processos discursivos são diferentes dos processos da língua; a língua, por exemplo, é indiferente às lutas de classes, mas os processos discursivos não são indiferentes, porque os discursos são produzidos por sujeitos e esses sujeitos são marcados ideologicamente. A língua é responsável por propiciar os discursos e a ideologia os processos discursivos.

### 2.1.2 A Formação Discursiva (FD)

O conceito de Formação Discursiva (FD), de acordo com Brandão (1997, p. 38), foi concebido, primeiramente, por Foucault ao questionar-se “sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber”, sendo, depois, retomada por Pêcheux.

De acordo com Orlandi (2015), os sentidos só existem porque são determinados pelas posições ideológicas que os sujeitos – que enunciam – assumem; assim, as palavras mudam de sentido conforme as condições que cada sujeito assume. Além disso, para a autora (2015, p. 40), a noção de FD ainda é polêmica, “pois permite compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia e também possibilita ao analista a estabelecer regularidades no funcionamento do discurso”.

---

<sup>2</sup>Primeiramente, entendemos os gêneros por meio da concepção de Bakhtin (2011), que os considera como sendo enunciados que são relativamente estáveis, ou seja, não sofrem grandes alterações quando pensamos em sua estrutura e em sua forma de construção. Além disso, Maingueneau (2011, p. 59) acrescenta que “todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um gênero de discurso”, ou seja, aponta que os gêneros são analisados sempre tendo por objeto os discursos que neles se materializam, uma vez que os posicionamentos são construídos a partir de suas relações com a exterioridade. Assim, para o autor, a classificação de gênero discursivo está ligada às funções da linguagem e às funções sociais. Logo, uma sociedade se caracteriza pelos gêneros que ela torna possível e que a tornam possível, também, seja por fator de economia cognitiva (pois se os gêneros não existissem a troca verbal seria impossível, afinal, seríamos obrigados a inventá-los a cada nova comunicação), seja por segurança na comunicação. Por isso, consideramos a pichação como um gênero discursivo, pois ela materializa o discurso, apresenta como os efeitos de sentidos são construídos a partir de sua relação com a exterioridade e, principalmente, pela relação com o social, que é uma característica fundante da concepção de gênero.

Conforme Foucault (2008), em seu livro *Arqueologia do saber*, as FDs passaram a designar conjuntos de enunciados que estão atrelados a um determinado sistema de regras, instaurados historicamente, que antes procurava dar conta de unidades tradicionais, como teoria, ideologia e ciência. Já para Pêcheux, a FD está mais próxima da AD, pois toda situação de comunicação implica – antes de tudo – uma posição política e ideológica assumida pelos sujeitos; assim, em um determinado momento enunciativo – que consiste em uma FD atravessada por diversas formações ideológicas – há uma determinação do que pode e deve ser dito, a partir da posição que o sujeito assume sócio-historicamente.

Baronas (2005) salienta que, nesse sentido, na Análise de Discurso, o conceito de FD é considerado pelo viés de uma dupla paternidade, o que justifica as grandes polêmicas em torno desse conceito. No livro *A arqueologia do Saber*, de Foucault, a noção de FD está atrelada ao campo dos acontecimentos discursivos, enquanto para Pêcheux, a FD está associada à noção de sentidos propiciados pela exterioridade ideológica.

De acordo com Fiorin (1998, p. 32), a Formação Discursiva é

um conjunto de temas e de figuras que materializam uma dada visão de mundo. Essa formação discursiva é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de *aprendizagem lingüística*. É com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói seus discursos, que ele reage linguisticamente aos acontecimentos. Por isso, o discurso é mais o lugar da reprodução que o da criação. Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer.

Mussalim (2004, p. 125) acrescenta que a noção de FD é utilizada pela AD para constituir o lugar onde o discurso e a ideologia se encontram. Assim, podemos dizer que uma FD é governada por uma FI, “como uma FI coloca em relação, necessariamente, mais de uma força ideológica, uma força discursiva sempre colocará em jogo mais de um discurso”. Além disso, para Mussalim (2004), a FD é instável, pois ela é um dos componentes de uma FI específica, logo ela está inserida em espaços de conflitos, evidenciando as lutas ideológicas. Dessa forma, a FD não possui um limite definitivo, ela está entre várias outras FDs.

Segundo Silva (2005), a FD envolve dois tipos de funcionamento: 1) a paráfrase, ou seja, uma formação discursiva é formada por uma cadeia de paráfrases (que representa o mesmo, de outra forma), ou seja, é uma relação de proporção entre enunciados que podem ou não ser a reconsideração do outro, além de apresentar, também, evidências da heterogeneidade dentro dos discursos, pois nada é novo; 2) o pré-construído, que se constitui como algo que já foi pensado antes, em algum momento histórico e que se ressignifica em outros momentos históricos (tem-se a ilusão de que se é a fonte de seu discurso, no entanto aquilo já foi dito em um outro momento). E, conforme Silva (2005, p. 27),

É a noção de formação discursiva que regula o fato de que sujeitos falantes, situados numa mesma conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a ser atribuído às palavras, o que permite a diversidade de sentidos numa mesma língua. Considerando esse fato, podemos afirmar que uma formação discursiva não está fechada em si mesma. Pelo contrário, seus limites são fluidos e se inscrevem entre diversas formações discursivas, permitindo que a contradição lhe seja/esteja inerente. É justamente essa contradição que dará, ao discurso, possibilidade de mudanças, maleabilidade, historicidade.

Para a AD, o conceito de FD é fundamental, pois é por meio dele que compreendemos o processo de produção dos efeitos de sentidos e sua relação com a exterioridade (sócio-histórico-ideológico), de forma a regular os discursos que são proferidos. Para Fiorin (1998), cada FI relaciona-se com uma FD, ou seja, ao passo que a FI determina o que pensar, a FD impõe o que é necessário dizer. Nas pichações, por exemplo, é possível identificar que os efeitos de sentidos são múltiplos e diversos, justamente porque os discursos se associam a formações discursivas distintas.

Logo, a FD, de acordo com Orlandi (2015, p. 41), pode ser definida como “aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada, em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e o que deve ser dito”. Sendo assim, o discurso produz diversos efeitos de sentidos porque os sujeitos não estão inseridos nas mesmas formações discursivas.

Além disso, Courtine (2014, p. 73) sustenta que as formações discursivas estão estritamente ligadas às formações ideológicas e, nesse sentido,

As FD que constituem a mesma FI possam ser distinguidas umas das outras (em razão, por exemplo, de sua “especialização”), mas sobretudo que as FD que dependem de FI antagônicas, aliadas, ... mantêm entre si relações contraditórias que se inscrevem necessariamente na própria materialidade dessas FD, isto é, em sua *materialidade linguística*. Se uma FD é o que, em uma dada FI e em uma conjuntura, determina “o que se pode e deve ser dito” (o que equivale dizer que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido da FD na qual são produzidas); convém acrescentar que *essa característica não é isolada* das relações contraditórias que uma FD estabelece com outra FD.

Ressaltamos que, apesar de serem vários os efeitos, não quer dizer que possamos considerar qualquer efeito de sentido. Outro ponto a ser destacado é com relação ao interdiscurso, pois, dentro das formações discursivas, encontramos a noção de interdiscurso. Segundo Courtine (2014, p. 74), o interdiscurso caracteriza-se por ser o lugar no qual se formam, “para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciatador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso”. O interdiscurso é responsável por determinar o sujeito, assujeitando-o sob a falsa aparência de autonomia. O sujeito parece dono do que diz devido ao esquecimento nº 1, o qual, de acordo com Pêcheux, é o que determina o esquecimento de que somos sujeitos ideológicos. Já o esquecimento nº 2 está atrelado às escolhas que o sujeito faz ao proferir seus discursos, no entanto essas escolhas são feitas inconscientemente, pois quando o sujeito fala, ele sempre escolhe uma forma de dizer em detrimento de outra e isso acontece pelo fato de esse sujeito já estar inserido dentro de uma determinada FD e não de outra.

O interdiscurso determina o que se está dizendo, a relação que o sujeito estabelece consigo mesmo e com as marcas passadas e futuras dentro de dada FD, permite que os sujeitos se identifiquem, produzindo outros discursos. O interdiscurso refere-se, como mencionado, ao já-dito,

possibilitando apagamentos, esquecimentos, equívocos que fazem com que a língua continue vivendo e os efeitos se multiplicando.

Segundo Orlandi (2004, p. 49),

como sabemos, não são as palavras, expressões que significam. Elas tiram seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. E o modo de funcionamento desse mesmo, essa materialidade na qual se dá o significar, desliza para outros sentidos, rompe os limites.

Nesse sentido, Brandão (1997) afirma ser a FD a responsável por fazer com que os sujeitos, situados em uma conjuntura histórica, possam concordar ou não com os efeitos de sentidos apreendidos dos discursos. Afinal, as palavras não possuem sentidos por si só, os sentidos estão diretamente ligados às questões externas, fazendo com que as FIs funcionem de uma forma ou de outra, pois

O princípio dessas leituras consiste, como se sabe, em multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, como o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de 'entender' a presença de não-ditos no interior do que é dito (PÊCHEUX, 2002, p. 44).

Por esse motivo, há um sujeito que é contraditório, é livre dentro de certos limites, pois pode tudo dizer, mas sempre seguindo determinadas condições, porque ele é determinado por um sistema de regras já estabelecidas, porque ele é assujeitado a determinados atravessamentos ideológicos, está marcado por regras da FD que definem o que pode ou não dizer, como podemos observar nas pichações selecionadas.

### 2.1.3 Condição de Produção (CP)

As Condições de Produção (CPs), segundo Courtine (2014), têm suas origens em três ordens: 1) na análise do conteúdo, tal como é estudada pela psicologia social; 2) na sociolinguística, pois admite variáveis sociológicas, ou seja, as condições sociais de quem emite e recebe a comunicação; 3) nos

trabalhos de Harris, feitos no ano de 1952, em que a CP relaciona-se, diretamente, com o termo situação.

No entanto, dizer que a condição de produção é equivalente à situação da enunciação não é suficiente para a Análise de Discurso. Então, Pêcheux tentou fazer a primeira definição teórica geral da noção de CP, em que, ao invés de ver os protagonistas do discurso como indivíduos, conseguiu visualizá-los como representantes de lugares determinados nas relações sociais, apontando, então, que a CP permite compreender as condições históricas e sociais em que os discursos são produzidos e, também, as compreende como lugares determinados de ocorrência dos discursos, onde cada sujeito faz de seu próprio lugar o lugar do outro, conforme Silva (2005).

De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2014), o sujeito falante é determinado pelos valores, crenças e saberes do grupo social em que ele pertence. Além disso, para compreender o funcionamento do discurso, é necessário levar em conta as condições de produção. Assim, Orlandi (2011, p. 194) acrescenta que

a noção de funcionamento remete o discurso à sua exterioridade, necessariamente. Essa relação com a exterioridade, com a situação – contexto de enunciação e contexto sócio-histórico – mostra o texto em sua *incompletude*. Entendemos como incompletude o fato de que o que caracteriza qualquer discurso é a multiplicidade de sentidos possível. Assim, o texto não resulta da soma de frases, nem da soma de interlocutores: o(s) sentido(s) de um texto resulta(m) de uma situação discursiva, margem de enunciados efetivamente realizados. Esta margem – este intervalo – não é vazio, é o espaço determinado pelo social.

Pêcheux (2014), para fazer sua definição de CP, utilizou o esquema de comunicação elaborado por Jakobson, mostrando que o sujeito pode ser protagonista do discurso, sem mesmo estar atuante no momento, mas como representação de lugares que formam as estruturas sociais, pois, na sociedade, há lugares sociais de onde os indivíduos falam e, por tal motivo, de antemão, pode-se prever o lugar que cada sujeito irá ocupar através de suas representações. Em outras palavras, a condição de produção propicia uma formação imaginária do sujeito. O autor acrescenta, também, que os indivíduos

não podem ser vistos como individuais, mas como representação de lugares, determinados na estrutura de uma formação social.

Charaudeau e Maingueneau (2014) abordam, resumidamente, que a noção de condição de produção do discurso pode substituir, vagamente, a definição de circunstâncias em que os discursos são produzidos, ou seja, as condições exteriores do discurso em dado contexto – no momento da enunciação e para além dele.

Brandão (1997, p. 37) acrescenta que as

circunstâncias onde interagem os “sujeitos do discurso”, que passam a constituir a fonte das relações discursivas das quais, na verdade, não são senão o portador ou o efeito. Postula uma redefinição de noção de CP alinhada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articuladas teoricamente com o conceito de formação discursiva.

As CPs determinam, assim, um papel fundamental na compreensão dos efeitos de sentidos, pois, dependendo do lugar de onde fala o sujeito, o efeito de sentido pode ser um e não outro e o mesmo acontece para quem recebe esse discurso, que pode compreender um sentido e não outro, dependendo de sua posição na exterioridade. Nas pichações escolhidas, é evidente que as condições de produção são essenciais para a compreensão/apreensão dos efeitos de sentidos, pois a própria funcionalidade do gênero discursivo em questão já direciona para a retomada/resgate à memória e propicia as inferências necessárias a respeito do que se fala ou acontece em determinado momento.

Também as condições de produção podem ser divididas em duas: 1) de ordem situacional, que se refere ao momento imediato da enunciação, aos fatores sociais, culturais, econômicos e políticos do momento de fala; 2) de ordem discursiva, que é maior que o contexto<sup>3</sup> imediato, é algo pré-

---

<sup>3</sup>Contexto para a Análise de Discurso, de acordo com Charaudeau e Maingueneau (2014, p.127), “consiste ao ambiente verbal da unidade (que outros preferem chamar de contexto, em conformidade a um uso que se generaliza) e à situação de comunicação”. Além disso, o contexto de um enunciado qualquer é tudo o que cerca esse enunciado, ou seja, o contexto pode ser linguístico ou não linguístico, pode ser imediato – no ato de fala – ou ampliado – que é abrangente – levando em consideração as questões sócio-históricas.

Ademais, para a Linguística Textual, segundo Guimarães (2013, p. 77), “todo texto está, pois, ligado ao contexto, seu sentido organizando-se não só no jogo interno de dependências

determinado nos sujeitos, que irá determinar o que deve ser dito, em cada momento.

Nesse sentido, as CPs demonstram o que é material, ou seja, o fato da língua estar sujeita aos equívocos – múltiplos efeitos de sentidos – e à história; implica, também, ao que é institucional, isto é, à ordem social e ao mecanismo imaginário, que consiste em produzir os efeitos de sentidos a partir de uma determinação sócio-histórica.

É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo, pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante (ORLANDI, 2015, p.38).

Fiorin (1998, p.33) reforça que “as ideias e, por conseguinte, os discursos são expressões da vida real. A realidade exprime-se pelos discursos”. Em sentido amplo, as condições de produção incluem, então, o contexto sócio-histórico-ideológico e os discursos sempre serão ditos a partir de dada CP.

Segundo Maingueneau (2015), os efeitos de sentidos tornam-se múltiplos justamente pelo fato de serem produzidos no interior de práticas sociais determinadas, logo, a construção de sentidos é intrínseca aos sujeitos, que estão inseridos em diversos núcleos sociais.

As condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos relação de sentidos... Não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam das relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros (ORLANDI, 2015, p. 37).

Dessa forma, as CPs compreendem os sujeitos do discurso bem como a situação em que ocorre esse discurso, é o contexto imediato, de acordo com Orlandi (2015). Nesse mesmo sentido, a autora lembra que o dizer

---

estruturais, mas ainda nas relações com aquilo que está fora dele”, ou seja, é o chamado conhecimento de mundo ou enciclopédico. A diferença principal entre as duas áreas para o conceito é que, para a AD, o contexto são os vários atravessamentos que perpassam os sujeitos (história e ideologia), enquanto para a LT, o contexto é as condições no dado momento de enunciação.

não é particular do sujeito, afinal, os sentidos estão à deriva, ou seja, as palavras só assumem significados quando colocadas em contato com a exterioridade, elas significam pela língua e pela história, por isso todos os dizeres atravessam nossos dizeres. A exemplo, podemos citar a pichação “golpistas ã passarão” (imagem 6), na qual é fundamental as relações de memória e interdiscurso, pois sem a reativação dos discursos o efeito discursivo pode não ser apreendido satisfatoriamente.

#### 2.1.4 Sujeito

O sujeito do discurso, de acordo com Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 458), é composto de diversas qualificações. Ele é, primeiramente, polifônico, pois é portador de várias vozes (diversos atravessamentos que o assujeitam). Além disso, ele é dividido, “pois carrega consigo vários tipos de saberes, dos quais uns são conscientes, outros são não conscientes, outros ainda, inconscientes”.

Segundo Mussalim (2004), o conceito de sujeito foi sofrendo modificações conforme as fases da Análise de Discurso. Na AD-1, o sujeito é visto como assujeitado à maquinaria, ou seja, ele está subordinado às regras específicas (quem fala é uma instituição, uma teoria ou mesmo uma ideologia) que delimitam o que ele deve dizer. Na AD-2, o sujeito passa a ser disperso, assim como o conceito de FD; logo, o sujeito passa a ser compreendido como aquele que desempenha diferentes papéis de acordo com as várias posições que ocupa, o sujeito é, então, uma posição sujeito.

Nesta segunda fase, o sujeito, apesar da possibilidade de desempenhar diferentes papéis, não é totalmente livre; ele sofre as coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica. Em outras palavras, o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social (o lugar do professor, do político, do publicitário, por exemplo), que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali (MUSSALIM, 2004, p. 133).

Para Mussalim (2004, p. 134), o sujeito na AD-3 é “um sujeito essencialmente heterogêneo, clivado, dividido”, ou seja, ele é clivado entre o consciente e o inconsciente.

Sendo assim, a noção de sujeito, para a Análise de Discurso, de acordo com Charaudeau e Maingueneau (2014, p.457), é muito importante, pois é através dessa noção que se torna possível explicitar o “estatuto, o lugar e a posição do sujeito falante (ou do locutor) com relação a sua atividade linguageira”, ou seja, as relações estabelecidas pelos indivíduos nas diversas situações de interação social. Afinal, o sujeito, na AD, é um sujeito social, que se constitui sócio-histórico-ideologicamente.

O sujeito do discurso é determinado sempre por outros dizeres, logo não pode ser considerado aquele que decide sobre os sentidos que podem ou não ser apreendidos de cada discurso, ou seja, o sujeito da AD, de acordo com Mussalim (2004), não é livre para dizer o que quer, pois está inserido dentro de dada FD, atravessado por determinada FI, mas ele é levado a achar que é dono do dizer.

Assim, o sujeito laciano, clivado, dividido, mas estruturado a partir da linguagem, fornece para a AD uma teoria do sujeito condizente com um de seus interesses centrais, o de conceber os textos como produtos de um trabalho ideológico não-consciente (MUSSALIM, 2004, p. 110).

Além disso, Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 458) apontam que o “sujeito do discurso é, ao mesmo tempo, sobredeterminado – mas somente em partes – pelos condicionamentos de ordens diversas, e livre para operar suas escolhas no momento de focalizar o discurso”. E, para Maingueneau (2015, p. 27),

O discurso só é discurso se estiver relacionado a um sujeito, a um EU, que se coloca ao mesmo tempo como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais (EU-AQUI-AGORA) e indica qual é a atitude que ele adota em relação ao que diz e a seu destinatário.

Orlandi (2015) menciona que o sujeito é responsável por determinar os efeitos de sentidos a partir dos atravessamentos aos quais está assujeitado,

logo, é afetado pela língua e pela história e se constitui a partir desses atravessamentos. Mazière (2007) acrescenta que o sujeito na AD é um lugar de sujeito, pois quando inserido em dada FD e atravessado pelas mais diversas Fls, ele está assujeitado a determinada forma de ser. Nesse sentido, o sujeito é resultado de vários discursos que o atravessam, portanto, esse sujeito é marcado pela história e se constitui por essas interpelações históricas, conforme afirma Baccega (2007).

Para Orlandi (2004, p.105),

a identidade, como a considero, não é, portanto, imanente, não é consubstancial ao indivíduo, ela é resultado de processos de identificação a partir do modo como o indivíduo é interpelado em sujeito e individualizado pelo Estado (pelas instituições). A identidade é um movimento na história.

Na AD, o sujeito encontra-se materialmente dividido: 1) pela exterioridade, que é a ideologia; 2) pela interioridade, que é o inconsciente e, sendo assim, o sujeito irá se constituir a partir da relação que estabelece com o Outro (que é o inconsciente). Dessa forma, o sujeito é social porque se constitui por meio das relações que estabelece sócio-historicamente com outros sujeitos, pois

[...] sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. Se, na Psicanálise temos a afirmação de que o inconsciente é estruturado como linguagem, na Análise do Discurso considera-se que o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia (ORLANDI, 2012, p. 99).

Para a AD, o sujeito não tem controle sobre os sentidos, porque sempre existe a possibilidade de surgirem novos sentidos, pois a compreensão do discurso ocorre quando se estabelece interação com o outro, dentro de condições históricas e de interpelação ideológica. Afinal, é na dispersão que se constitui um discurso; a relação com as Formações Discursivas em suas diferenças é elemento fundamental que constitui o discurso, pois o sentido pode ser outro e o sujeito (com os seus objetivos) não tem controle daquilo que está dizendo, isso fica evidente nas análises das pichações selecionadas,

reafirmando, assim, que os efeitos de sentidos podem ser múltiplos, dependendo da posição que cada sujeito assume diante das CPS, bem como da FI e de sua FD.

De acordo com Brandão (1997), é pela linguagem que o sujeito passa a ter um lugar que lhe é próprio, em que irá se constituir como sujeito e é, também, por meio da linguagem que ele deixa marca dos atravessamentos ideológicos que o determinam. Por essa perspectiva, o sujeito é, ao mesmo tempo, livre e submisso, porque ele pode dizer tudo, dentro das condições que lhe são determinadas, afinal, é assujeitado sócio-historicamente e ideologicamente; assim, o sujeito irá significar a partir do que diz, e diz a partir do que vive e experimenta, por tal situação, ele está sempre se significando e se ressignificando.

Orlandi (2015, p. 44) reforça que “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. A AD nos possibilita pensar o sujeito como aquele que lê e interpreta a partir de determinada posição e esse sujeito não lê ou interpreta apenas, mas compreende os efeitos de sentidos dentro das condições que lhe são dadas.

Pêcheux (2014), em seu livro *Semântica e discurso*, reafirma que os indivíduos são interpelados em sujeitos por conta dos atravessamentos ideológicos e que, além disso, as formações ideológicas impõem a realidade que ele vivencia e, também, há a contribuição da formação discursiva na qual está inserido para que esse sujeito compreenda o mundo a sua volta.

Além disso, os indivíduos tornam-se sujeitos porque são interpelados pelas formações ideológicas, instaurando-os em determinadas formações discursivas. Nesse sentido, Orlandi (2015, p. 44) aponta que o sujeito da AD é materialmente dividido, pois “ele é sujeito de e sujeito à”, sujeito à história e, também, à língua, porque os efeitos de sentidos só são produzidos através dos assujeitamentos.

Nesse sentido, a pichação revela todos os atravessamentos pelos quais o sujeito é determinado a formular e captar efeitos de sentidos diversos. O sujeito só produz o que produz, da forma como produz, por conta das interpelações. A posição ocupada pelo sujeito traz a tona tanto os aspectos ideológicos, como os aspectos políticos e sociais.

### 2.1.5 Memória discursiva e Interdiscurso

Atreladas aos conceitos mencionados anteriormente (formação discursiva, formação ideológica, condição de produção e sujeito), encontramos duas noções que são, também, fundamentais para que se possa compreender, em sua totalidade, o funcionamento do discurso: 1) memória discursiva e 2) interdiscurso.

O conceito de interdiscurso tomou forma na terceira fase da AD e, segundo o estudioso Pêcheux, interdiscurso é a própria memória discursiva, ou seja, um conjunto de já-ditos que sustentam os novos dizeres. Nesse sentido, o interdiscurso ou mesmo a memória discursiva estão atrelados às FIs e às FDs, pois alguma coisa fala antes, em outro lugar, independentemente do sujeito do discurso. Assim, Orlandi (2015) completa que a memória é aquilo que chamamos de interdiscurso, a reativação do dizer, o conhecimento discursivo, sobre o qual não temos controle e que nos atravessa na constituição dos discursos. A autora acrescenta (2015, p. 29) que

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.

Por essa perspectiva, o interdiscurso refere-se ao já-dito, no entanto, por conta dos esquecimentos número 1 e 2 aos quais os sujeitos são determinados, são possíveis, por meio de apagamentos, que sejam produzidas as paráfrases. Assim, todo discurso que dizemos já foi dito em algum momento da história, por alguém, em algum lugar, comprovando o fato de que nada é novo, nem mesmo único, porque o discurso é o ponto de articulação entre os processos ideológicos, é a evidência da linguagem como interação social, que não é neutra, pois é a manifestação da própria ideologia. Maingueneau (1997, p. 115) afirma que “toda formação discursiva é associada a uma *memória*

*discursiva*, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações”.

Para Orlandi (2015, p. 30),

o dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.

Para Charaudeau e Maingueneau (2014), todo e qualquer discurso está interpelado pela interdiscursividade, logo o interdiscurso é um espaço discursivo, pois nesse espaço há um conjunto de discursos que se entrelaçam, mantendo múltiplas relações entre si. Em decorrência da memória e do interdiscurso, a AD passa a ser entendida como uma disciplina interpretativa, pois os discursos ressurgem em novos discursos, atrelados a novas formações ideológicas, dados em distintas formações discursivas; logo, os efeitos de sentidos são/e podem ser diversos. Tudo o que já foi dito uma vez é esquecido por nós e volta a ser proferido como se fosse algo novo e único.

Segundo Paveau (2013, p. 91), a memória está diretamente ligada

às condições sociais, históricas e cognitivas de produções de discursos, aos dados extralinguísticos e sobretudo pré-discursivos que participam plenamente da elaboração, da produção, da difusão e da circulação de produções verbais de sujeitos em situação [...] o discurso se constrói, efetivamente, a partir da memória de discursos anteriores e falas de outros.

Assim, o discurso é compreendido a partir de atravessamentos sócio-históricos, como um efeito de sentido entre os sujeitos, portanto, o sentido é construído a partir da construção do discurso. Dessa forma, não existe um sentido pronto, eles são determinados pelas posições que cada sujeito ocupa no processo enunciativo. Sendo assim, a AD está em constante processo de desconstrução, de reconfiguração e, até mesmo, de experimentação, pois os efeitos de sentidos, decorrentes das relações sócio-histórico-ideológicas, são múltiplos e diversos.

Brandão (1997, p. 76) adiciona

é a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o intradiscurso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história.

Sucintamente, a memória discursiva e o interdiscurso funcionam antes do sujeito e, também, são independentes do sujeito. Em outras palavras, é necessário que exista um sentido anterior para que novos sentidos possam ser construídos, o que reforça a ideia de que nada é novo, nem único, na Análise de Discurso. Dessa forma, para que possamos compreender as pichações selecionadas para a análise, o conceito de memória/interdiscurso torna-se essencial, uma vez que os efeitos de sentidos só são possíveis de serem construídos quando conseguimos compreender as relações que são estabelecidas entre o dizer de agora e os dizeres de antes (e até daqueles dizeres silenciados), pois a estrutura do discurso constitui-se na materialidade de dada memória social.

#### 2.1.6 Cena de enunciação

O discurso não se constitui apenas pela materialidade linguística, mas é compreendido, também, a partir da realidade de enunciação, ou seja, das relações estabelecidas (nas condições de produção - CPs), que possibilitam esses discursos.

Pela enunciação, observamos como as relações entre os enunciadores acontecem, pois é nesse momento que a cena do discurso é construída, ativando as memórias sociais e linguísticas, formando a estrutura do discurso, porque na enunciação a fala é encenada e obedece às condições de produção de dado discurso, por meio da funcionalidade do gênero discursivo, haja vista que cada gênero possui suas próprias estruturas e delimitações constituintes.

A cena de enunciação, identificada por meio dos dêiticos, encontra-se no interior do enunciado e é importante destacar que ela não tem o mesmo sentido que situação comunicativa (ou de comunicação), pois não precisa acontecer no mesmo espaço-temporal em que se encontram os enunciadores. Segundo Maingueneau (2006, p. 250),

a situação de enunciação não é uma situação de comunicação socialmente descritível, mas o sistema no qual se definem as três posições fundamentais do enunciador, do co-enunciador e da não pessoa. Como se sabe, está na base da identificação dos dêiticos espaciais e temporais, cuja referência é constituída em relação ao ato de enunciação.

Maingueneau, em seu livro *Análise de textos de comunicação* (2011), aborda e analisa os conceitos de cena, que podem ser divididos em três: 1) a cena englobante, 2) a cena genérica e 3) a cenografia; enfim, todos esses conceitos são construídos com a finalidade de legitimar o processo de enunciação do discurso.

De acordo com Maingueneau (2011, p. 86), a primeira cena, categorizada por cena englobante, “corresponde ao tipo de discurso”. Os tipos de discursos, de acordo com o autor, podem ser divididos segundo tipologias: as linguísticas, as funcionais e as situacionais. O primeiro tipo, a tipologia linguística, refere-se aos enunciados e se manifesta na enunciação, ou seja, a partir da conexão estabelecida entre o EU - TU no momento da enunciação. O segundo tipo, as tipologias funcionais, consistem na finalidade que cada discurso possui. Por último, há as tipologias situacionais, que são captadas a partir dos gêneros de discurso e das relações estabelecidas entre gênero e condição de produção. Logo, alguns exemplos de tipologias discursivas são: discursos religiosos, literários, filosóficos, políticos, etc. Nesse sentido, a cena englobante relaciona-se com o conjunto de tipologias, ou seja, diz respeito a identificar qual é a cena englobante na qual é preciso que nos situemos para que possamos interpretar dado discurso.

A cena englobante é aquela que atribui um estatuto pragmático ao tipo de discurso a que pertence um texto. Quando se recebe um panfleto, deve-se ser capaz de determinar se ele pertence ao tipo de discurso religioso, político, publicitário...; dito de outra forma, em qual cena englobante é necessário se colocar

para interpretá-lo, a que título (como sujeito de direito, consumidor, etc.) ele interpela seu leitor (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2014, p. 96).

A cena genérica está atrelada ao gênero a que um discurso está vinculado. Maingueneau (2010, p. 203) afirma que “os locutores só interagem nas cenas englobantes através de *gêneros de discurso* específicos, de sistema de normas”. Assim, a partir das cenas genéricas, é possível que o leitor faça antecipações acerca dos possíveis efeitos de sentidos que podem ser compreendidos/apreendidos daquele dado discurso, pois o próprio gênero impõe certos limites, pois os sentidos podem ser vários; contudo, isso não quer dizer que possa ser qualquer sentido.

Por fim, a cenografia, conforme Maingueneau (2011, p. 87), não é simplesmente um cenário, mas é constituída pelo próprio texto, “é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala”.

*A cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém (MAINGUENEAU, 2011, p. 87).*

Ela não vem pronta, como se estivesse emoldurada, mas é criada no momento da enunciação, servindo para legitimar as falas do discurso, porque ela é produto e processo do momento construído pelo discurso. É fato que todo discurso busca o convencimento e tal objetivo concretiza-se por meio da cena de enunciação, pois é nela que os dizeres se firmam e se inter-relacionam com outros dizeres, com outros já-ditos e não-ditos.

A chamada cena englobante, de acordo com Maingueneau (2005), refere-se ao discurso, mais especificamente, à função social desempenhada pelo discurso, por isso temos o discurso político, o religioso, o de humor, entre outros. Nesse sentido, para a pichação, podemos pensar numa cena englobante de cunho político, isto é, num discurso político.

Enquanto a cena englobante está voltada para o discurso, a cena genérica está atrelada à comunicação entre os enunciadorees, ou seja, agora

não estamos mais falando de função social discursiva, mas de papéis sociais que podem ser assumidos pelos enunciadores, de acordo com o gênero.

Pensando em definição de papéis, no que se refere à pichação, especificamente, às pichações nos muros de Instituições Públicas de Ensino Superior, por exemplo, poderia ser um sujeito com consciência política voltada para o social e para questões de inclusão, insatisfeito com o momento e/ou determinada situação, mas por não ter voz, nem meios de se fazer ouvido, utiliza-se dos muros para alcançar (interagir) com toda uma comunidade universitária (alunos e servidores, de modo geral).

Quando os enunciadores, ao assumirem seus papéis, buscam a interação, isso ocorre por meio da chamada cenografia. No caso das pichações, é a partir da cenografia que o sujeito escritor do pixo<sup>4</sup> assume, de certa forma, o papel de denunciador. É como se o *ethos*<sup>5</sup> vândalo do sujeito pichador mostrasse, também, uma outra possibilidade de leitura, a de um sujeito que não alienado politicamente e está inserido nas questões sociais.

Há um muro pichado, numa determinada Universidade, numa determinada cidade, num determinado momento; enfim, sob condições de produção determinadas. Esses aspectos constituem a cenografia de tais dizeres, ou seja, da materialidade textual por meio do pixo. Assim, entendemos que a pichação se constitui, antes pelo discurso, pelos efeitos produzidos/apreendidos, a partir desta cenografia e, posteriormente, faz menção ao próprio gênero. Notamos que, apesar de ser um gênero, de certa forma, de domínio público, há também um modo particular de visão, ou seja, existe um posicionamento (que, muitas vezes, é de crítica) revelado por meio de um enunciador, que mesmo estando num espaço aberto e se fazendo presente/interpretado, não se pretende visível, mas, ao mesmo tempo, busca a validação do discurso.

---

<sup>4</sup>Segundo o site “Xarpi, pichação e pixo” (2015), a questão acerca do “ch” ou “x” vai muito além da própria grafia da palavra, nos dicionários, encontramos apenas a palavra pichação grafada com ch, nunca a pichação grafada com x. A justificativa para a grafia com x é caracterizada pelo ato revolucionário, marcando a rebeldia e a transgressão, é uma luta de espaço até mesmo na grafia, evidenciando as questões ideológicas que atravessam o gênero, já na sua nomenclatura.

<sup>5</sup>De acordo com Charaudeau e Maingueneau, no *Dicionário de Análise do Discurso* (2015), “o *ethos* designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário”, ou seja, o *ethos* discursivo estabelece relação direta com a imagem criada pelo orador de seus alocutários.

O sentido não nasce da vontade repentina de um sujeito enunciador. O discurso tem uma memória, ou seja, ele nasce de um trabalho sobre outros discursos que ele repete, ou modifica. Essa repetição ou modificação não é necessariamente intencional, consciente, nem imediata [...] Ao contrário, pode ser oculta ao sujeito enunciador (MITTMANN, 1999, p. 272).

E, no que se refere aos pixos, à medida que esses discursos vão sendo vistos/divulgados, vão ganhando espaço, inclusive na memória coletiva dos sujeitos e, assim, a cena é validada. Seguindo os apontamentos de Mittmann, principalmente no sentido de que os efeitos de sentidos não são dependentes da intenção dos sujeitos e de que o discurso possui uma memória, é possível pensarmos que a pichação possa adquirir uma outra memória e ser vista, quem sabe, muito mais como uma demonstração de consciência política e de denúncia, do que apenas um ato de vandalismo – de escrever no muro. É um grito social.

## CAPÍTULO III

### AS RELAÇÕES DE SENTIDO: DO DISCURSO URBANO AO DISCURSO POLÍTICO

#### 3 CIDADE, UNIVERSIDADE E SENTIDO

No urbano, a cidade e o político constituem uma realidade, reunindo ideologias e crenças, posicionamentos e atravessamentos.

No território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro. Em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômica, histórica etc. O corpo social e o corpo urbano formam um só. Para nossa época, a cidade é uma realidade que se impõe com toda sua força. Nada pode ser pensado sem a cidade como pano de fundo. Todas as determinações que definem espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade (ORLANDI, 2004, p. 11).

Na universidade, a cidade faz sentido. A universidade, pela sua origem e finalidade, tem como compromisso a transformação do social, praticando – por meio do conhecimento – o exercício da livre crítica, sempre preservando os diversos atravessamentos que constituem cada um dos sujeitos.

Pela universidade o sujeito se transforma, pois busca a construção de um novo saber (ou de um aperfeiçoamento). O espaço universitário propicia contato – mais intimista, do que a própria cidade – com as artes e novas culturas. Na universidade, novos efeitos de sentidos da vida cotidiana são despertados, pois nesse espaço muitos sujeitos saem do silêncio e vão ao encontro dos ditos – são as manifestações.

As pichações são desencadeadoras de um movimento de reflexão que deve atravessar toda a sociedade que está ali, naquele espaço, com o intuito de que esses sujeitos levem essas manifestações para frente.

O discurso da universidade, que também é urbano

em uma memória, desenvolve-se em um espaço próprio, que se constitui por relações entre seres que se significam e significam as relações que sustentam a própria existência deste espaço como um espaço vivido/dividido com seus gestos de significação. Trabalhar este espaço, pensando o simbólica e politicamente, significa pensa-lo não como o pensa o urbanista, o arquiteto, o sociólogo, o antropólogo urbano, breve, os profissionais do espaço. Embora todas essas formas de pensar [...] nos interessa, nossa contribuição específica está em tratar de apreender o jogo da interpretação e seus efeitos nesse espaço (ORLANDI, 2004, p. 26).

Assim, os discursos apreendidos nessas condições de produção evidenciam uma universidade que está produzindo sentidos por meio dos sujeitos que ali estão inseridos. No entanto, só conseguimos compreender os múltiplos sentidos quando estamos em situação de relação, de relação com a cidade e com a universidade, de relação com os diversos sujeitos que se constituem a partir dessas estruturas. Nesse mesmo sentido, Orlandi (2004, p. 60) afirma que “não é só a produção de sentidos que constitui o processo de significação, mas também [...] seu modo de existência”, ou seja, os sentidos estão atrelados às condições de produção, ao tempo determinado e ao sócio-histórico.

### 3.1 DISCURSO URBANO: PICHAÇÃO

A palavra pichação, de acordo com Caló (2005), tem origem na palavra *piche*, cuja etimologia está na língua inglesa, *pitch* (piche, breu), desenvolvido em meados do século XVIII; enquanto o verbo pichar (pich + ar) surgiu no século XX, mas a autora afirma que o termo pichar, como usado em pichação, é aparentemente nativo brasileiro, e significa, de acordo com o dicionário Aurélio Online, substância de coloração negra, excessivamente grudenta, de textura resinosa e gomosa. Para Caló (2005), a palavra pichação quase sempre está associada à poluição visual, ou seja, a um espaço sujo, aumentando a carga pejorativa acerca dessa manifestação. No entanto, é preciso olhar para o gênero pichação, considerando-o um objeto científico, para que possamos compreender os efeitos de sentido que emanam destes discursos.

A pichação possui algumas formas de manifestações diferentes, como: 1) dizeres indecifráveis, que têm como objetivo principal a comunicação entre determinados grupos, ou mesmo a finalidade de retratar disputas entre espaços, essas letras deformes apresentam sentidos a grupos determinados; 2) manifestação de valores sociais relevantes, que é o aspecto que nos interessa analisar neste trabalho, são denúncias sociais que buscam despertar reflexão na sociedade, pois os dizeres das pichações só se farão entendíveis quando o sujeito enunciador desejar. Além disso, as pichações variam de uma para outra, até porque tanto sujeitos como condições de produção (CPs) também são variáveis e diversos.

Os problemas sociais são temas recorrentes nesse tipo de manifestação, pois mesmo as pichações que possuem dizeres indecifráveis estão buscando, no espaço urbano, uma forma de serem notadas. As temáticas mais recorrentes são as injustiças entre as classes sociais, explicadas por Marx, por exemplo, em sua teoria de luta de classes, pois a classe que detém os bens de produção se aproveita das classes que não possuem tais bens; a luta contra o preconceito também se mostra recorrente nessas manifestações, além, é claro, de questões políticas, como se o povo estivesse utilizando o muro para cobrar um posicionamento político de qualidade.

Nessa pesquisa, objetivamos compreender a cidade por meio do discurso. Relacionamos o sujeito, a história e a própria língua em um vínculo que é a conexão responsável pelos sentidos. Segundo Orlandi (2004, p. 11), sujeito e cidade formam um só bloco, no espaço urbano, de forma que o sujeito está atado à cidade, bem como a cidade está atrelada ao sujeito, nas dimensões culturais, históricas ou mesmo políticas, pois “todas as determinações que definem espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade”.

A escrita e até mesmo os desenhos são importantes para que o homem possa se expressar e fazer uso da linguagem, tendo-a como principal elemento de interação e isso acontece desde a antiguidade. Por meio das pinturas pré-históricas, os indivíduos podiam representar questões do seu cotidiano, com desenhos mais fidedignos ou utilizá-los como conexão com o místico. Em relação às expressões cotidianas, fica visível a necessidade de

comunicação e expressão. Na contemporaneidade, a pichação está ligada, diretamente, a essa necessidade de apresentar para o coletivo suas demandas sociais e políticas, ou seja, desde o início das representações até a atualidade há uma necessidade de representação do cotidiano.

A cidade tem assim seu corpo significativo. E tem nele suas formas. O rap, a poesia urbana, a música, os grafites, pichações, inscrições, outdoors, painéis, rodas de conversa, vendedores de coisa-alguma, são formas de discurso urbano. É a cidade produzindo sentidos. Como funcionam? Como *flagrantes*. São formas de significar com sua poética, por assim dizer, incluídas na própria forma material da cidade. Não se destacam dela senão como *lembretes* para o exterior. E isso é que faz com que aí se inaugurem outras formas de narratividade que não têm um narrador com seu “conteúdo”, nem são textos fechados, destacados das condições de que fazem parte (ORLANDI, 2004, p. 31).

Apesar de ser considerada vandalismo, a pichação está cada vez mais presente em nossa sociedade, pois é por meio dela que determinados sujeitos reivindicam seus direitos e buscam, através dos muros, espaço para que consigam ter voz. A pichação, na maior parte das vezes, procura uma intervenção social, por meio dos muros da cidade, com a finalidade de fazer com que a sociedade reflita sobre cada assunto ali colocado. Ela leva à rua uma manifestação simbólica que possibilita a apreensão de múltiplos significados, pois quando um pichador decide se expressar, ele está, na realidade, produzindo sentido e reagindo aos sentidos já existentes.

Spinelli (2007) afirma que a pichação consegue passar de um rabisco ilegível e sem cor para um código secreto articulado por determinados grupos como forma de manifestação no meio urbano, pois é a maneira como o sujeito se individualiza, produzindo sentidos que irão significar a cidade. Nesse sentido, Orlandi (2004, p.60), em seu livro *Cidade dos Sentidos*, reforça que a pichação é uma forma de discurso urbano, é uma forma que o sujeito encontra de fazer com que a cidade produza sentidos, ou seja, “não é só a produção de sentido que constitui o processo de significação, mas também, e eu diria, sobretudo, seu modo de circulação, seu modo de existência”. A cidade faz sentido por meio dos sujeitos, o espaço urbano, dessa forma, articula o social e o histórico juntamente com a língua para produzir sentidos, porque, apesar do

nosso olhar ir ao encontro da cidade, nossa reflexão não se limita somente a isso, pois os sentidos estão muito além, abrangendo, também, o que é histórico, cultural e, principalmente, social; afinal, os sujeitos vivem ali e, justamente por isso, significam o espaço ao mesmo tempo que significam a si mesmos.

Wainer e Oliveira (2008), em um documentário chamado Pixo, abordam questões centrais acerca desse tipo de manifestação. A primeira delas é o desejo de reconhecimento social, ou seja, a busca por uma identidade que seja notada; a segunda questão está atrelada ao lazer, por ser uma atividade proibida, provoca alta liberação de adrenalina; por último, a pichação como protesto tem como objetivo mostrar às autoridades competentes que existem sujeitos que não concordam com o funcionamento do sistema.

Mesmo ilegal<sup>6</sup>, a pichação continua existindo em nossa sociedade, contudo, segundo Orlandi (2004), não há cidade sem pichação, pois o espaço urbano assume sentidos a partir do movimento de pichação. Dessa forma, a prática da pichação acontece – predominantemente – à noite, o que colabora – devido à sua ilegalidade – com a marginalidade. Spinelli (2007) afirma que o sujeito que picha, no ambiente noturno, é visto como um invasor aos olhos da sociedade, pois está sempre causando danos em propriedade alheia, e não deixa de ser; no entanto, o sujeito pichador não é só isso, ele busca espaço para manifestar suas demandas, seus desejos sociais (de ter espaço para falar, de igualdade entre os indivíduos – atenção para as classes marginalizadas) que, na maior parte das vezes, não é ouvido pelas pessoas, principalmente por aquelas que possuem algum tipo de direção ou cargo político e que poderiam/deveriam auxiliar no processo de igualdade de oportunidades e de desenvolvimento do país.

Quando morador da periferia, o jovem que pinta na cidade é duplamente estigmatizado pela sociedade elitista, que exige sua cidade livre de ‘marginais’ que produzem ‘poluição visual’. O viver na periferia dificulta, dentre outros, o acesso do jovem ao mercado de trabalho, aos meios de difusão cultural, à

---

<sup>6</sup>Apesar da ilegalidade, a pichação continua em nossa sociedade; judicialmente, uma pessoa que comete a infração de pichar pode ir presa, com base na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, instaurada dentro das leis de Crimes Ambientais.

infraestrutura oferecida pelo Estado que se concentra na região central (SPINELLI, 2007, p. 115).

Assim, Spinelli (2007, p. 115) completa que a condição ilegal da pichação força o sujeito que picha a uma relação complexa com o poder público, fazendo com que a prática da pichação afirme seu caráter subversivo, estabelecendo um obstáculo entre sujeito e Estado. Por isso, ocorre – diretamente – uma relação de poder e dominação do espaço público, trazendo graves consequências à vida daqueles que marcam o espaço urbano.

Dessa forma, os sujeitos, quando silenciados pelas instituições de poder, respondem por meio do espaço, fazendo com que seus discursos – atravessados ideologicamente – signifiquem no cotidiano da cidade; logo, a cidade é um espaço que significa e é significado, o tempo todo, devido aos efeitos de sentidos que são produzidos e apreendidos. E, para Orlandi (2004), sentido e sujeito constituem-se ao mesmo tempo, pois quando pensamos nos sentidos, compreendemos os sujeitos. Assim, ao significar a cidade o sujeito se significa na/pela cidade.

Spinelli (2007) aponta que os signos – instaurados pelas pichações – invadem a paisagem da cidade, de forma que cada pichação estabelece relação com outra, e outras e inúmeras delas, formando um emaranhado de informações e manifestações. Quando o pichador faz sua pichação, ele sai do silêncio imposto socialmente, sai do esquecimento e começa a fazer parte do meio em que vive, conforme afirma Orlandi (2004). A autora acrescenta, também, que o sujeito que picha tem, no local em que reside, uma referência de seu território e, assim, usa os muros para se expressar, para aparecer socialmente.

Analisei longo tempo as pichações. Para mim são partes do urbano. Seu cenário é a cidade. Seu modo de existência é o muro, a parede urbana. Sua forma é uma forma que denuncia os modos de existência dos sujeitos e das relações sociais que aí se praticam. O modo como o Estado os individualiza e que resultam em seus processos de identificação: na falta de acesso às instituições, ao ensino, à formação, à privacidade e até mesmo ao espaço público (ORLANDI, 2016, p. 209).

Nas pichações, os diferentes estilos de produção e manifestação se relacionam com o estilo de vida de cada sujeito, bem como suas relações cotidianas, suas experiências com a linguagem, além, é claro, dos atravessamentos sócio-histórico-ideológicos que interpelam cada indivíduo em sujeito. Sendo assim, a pichação envolve posicionamentos ideológicos demasiados e, para nós, pesquisadores, há um interesse enorme em compreender as condições de produção (CPs) nas quais as pichações estão instauradas e, também, a relação que o sujeito estabelece com essa produção, enquanto sujeito social.

Os discursos urbanos desenvolvem um espaço propriamente deles e, principalmente, constituem-se das relações estabelecidas entre os sujeitos que se significam e que significam as relações de sua própria existência. Assim, no urbano, o que é social se sobressai.

De acordo com Orlandi (2004), o sujeito se enxerga no urbano e passa a produzir sentidos na cidade por meio de seus discursos, marcando suas estruturas enquanto sujeitos e a estrutura da realidade urbana.

Em meio a esse jogo de infinitos e de incompletudes, entendemos a Análise de Discurso como uma ferramenta eficaz para irmos além dos efeitos de sentidos e criarmos métodos para verificarmos e entendermos o lugar no qual esses efeitos de sentidos são produzidos e determinados, compreendendo, dessa forma, os mecanismos que propiciam a produção desses discursos e a apreensão dos seus múltiplos efeitos de sentidos.

A pichação é uma escrita urbana e é difícil não encontrarmos alguma nas cidades, pois ela é a escrita que se representa e, ao mesmo tempo, revela sujeitos pertencentes ou que acabam de pertencer ao lugar. Nesse sentido, Spinelli (2007) realça que a pichação está integrada ao ritmo da cidade contemporânea e ela se comunica com os sujeitos que são, também, contemporâneos e urbanos. Afinal, o pichador – com preocupações coletivas – não está ali apenas para sujar o ambiente, mas sim para marcar a cidade, através dos muros, com o objetivo de se fazer ouvir, marcando sua presença, em uma disputa por espaço e por voz; o sujeito pichador está colocando questões que necessitam de visibilidade e reflexão, porque somente assim poderá ser ouvido. Até porque precisamos compreender a função social do muro. Ele, ao mesmo tempo em que cerca fisicamente, também o faz de forma

social. Uma das funções do muro é delimitar o que é público do que é privado, mas na prática, esses espaços acabam se entrelaçando e assumindo significados diversos. Por isso, segundo Orlandi (2004, p. 84), com a construção do muro, fica posta a divisão

[...] que os que estão do lado de cá do muro são as pessoas com as quais se quer conviver, quem está para fora são as que se exclui. O social fica indistinto porque não são todos que estão do lado de fora que são nossos “inimigos”. Então o “hostis” (inimigos) e o “socius” (nossos iguais) ficam confundidos. Com isso começamos a restringir o espaço social. Também o privado se indistingue, pois no espaço interno, todos não têm o mesmo estatuto de vizinhança, de intimidade.

A pichação é, em todas as formas de manifestação, caracterizada por uma expressão dos sujeitos face ao contexto sócio-cultural. Nesse ponto, o sujeito encontra a pichação como uma manifestação em resposta à negação de bens e serviços básicos. Essa manifestação cria um estranhamento a quem não está inserido nas mesmas condições de produção, o que reforça o caráter transgressor da pichação. Assim, a pichação mostra-se como uma possibilidade da cidade se apresentar como um aglomerado de dizeres com teor crítico, nem sempre positivos e, na maioria das vezes, relacionado a assuntos políticos, os quais desencadeiam movimentos de atravessamentos e ressignificações diversos.

Dessa forma, o discurso urbano desenvolve-se em um espaço que lhe é próprio e, por isso, procuramos refletir em nossas análises as múltiplas formas de pensar a cidade, ou seja, os diversos efeitos de sentido que existem nesse espaço que é urbano, mas que o social se sobrepõe. Assim, o espaço urbano é um espaço material e funciona como lugar para significar e ressignificar o tempo todo, é um espaço simbólico no qual o social toma forma e sentido. Na cidade, portanto, o simbólico – pela linguagem – e o político – pelo poder – se entrelaçam para formar o discurso urbano.

### 3.2 DISCURSO POLÍTICO: DIZER E PODER

Em decorrência da escolha do corpus dessa pesquisa – a pichação e, principalmente, do fato de estarem inseridas em Universidades Públicas do

Estado do Paraná, torna-se viável a abordagem que faremos a seguir sobre discurso político e poder. Como já mencionado, determinadas instituições – como o próprio Estado – são aparelhos ideológicos e repressores que atuam socialmente; nesse sentido, alguns discursos – que, na maior parte das vezes, são silenciados – buscam nos muros um lugar para se expressar, um espaço para que tenham voz.

A relação social a qual a pichação está atrelada já justifica as próprias relações de poder que são estabelecidas socialmente; afinal, a lei determina que não se faça pichação, mas o pichador a utiliza para se expressar socialmente, principalmente contra o argumento do não. Nesse ponto, a própria sociedade se utiliza da mídia para cobrar uma posição da lei contra os sujeitos que praticam esse tipo de manifestação, o que acaba por reforçar, conforme podemos notar (afinal as pichações não pararam de existir, muito menos diminuíram), que o muro é o único espaço que possuem para se manifestar. Portanto, o poder exercido por determinadas classes sobre outras resulta nas desigualdades e nas injustiças sociais, pois os marginalizados são calados. E as estruturas de dominação são responsáveis por determinar – quase que em massa – o comportamento do restante da sociedade.

Foucault (2004), em seu livro *A ordem do Discurso*, evidencia que o discurso é controlado, inclusive sua forma de existência também é controlada, assim como o momento da enunciação e seus enunciadores, pois ninguém diz o que quer da maneira que quer, mas estão assujeitados às dadas condições que os fazem se comportar de uma forma e não de outra. Afinal, politicamente falando, todos os discursos são controlados (por quem detém os meios de produção, como na luta de classes de Marx) para que prevaleçam as ideias das classes dominantes.

Nesse sentido, VAN DIJK<sup>7</sup> (2017, p. 44) assegura:

---

<sup>7</sup>Apesar de Van Dijk ser um autor da Análise Crítica do Discurso, teoria que difere da Análise de Discurso Francesa em alguns aspectos, seus estudos e apontamentos são de extrema importância para esse trabalho, principalmente seu livro *Discurso e Poder* (2017), que aborda as formas de abuso de poder como, por exemplo, manipulação, doutrinação e desinformação, que acabam por gerar desigualdade e injustiças sociais. Por isso, seu uso nessa dissertação é de extrema importância, pois nosso trabalho reflete sobre o discurso político, e o abuso de poder exercido por este tipo de discurso, além do mais o gênero discursivo analisado é um gênero marginal (marginal porque está associado com ideias de exclusão e rejeição), por ser uma prática ilegal.

Quanto menos poderosa for uma pessoa menor o seu acesso às várias formas de escrita e fala. No fim das contas, os sem-poder “não tem nada para dizer”, literalmente, não têm com quem falar ou precisam ficar em silêncio quando pessoas mais poderosas falam, como no caso das crianças, dos prisioneiros, dos réus e (em algumas culturas, incluindo algumas vezes a nossa) das mulheres.

Logo, aqueles que detêm o poder e são as classes dominantes controlam as classes dominadas; afinal, o discurso ideológico da classe dominante enfatiza e até mesmo determina o comportamento da classe dominada. Van Dijk (2017) aponta que controlar as pessoas contra a sua vontade caracteriza-se em um abuso de poder, ou seja, as pessoas não são livres para dizer ou escrever o que querem, porque elas são, parcialmente, controladas por instâncias mais poderosas, tais como o Estado, a polícia ou mesmo a mídia. De acordo com Pêcheux (2009, p. 159), “é nesse reconhecimento que o sujeito se ‘esquece’ das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa [...] sendo “sempre-já” sujeito [...] se esqueceu das determinações que o constituem como tal”. Atualmente, poucos são os sujeitos que podem dizer o que querem, quando e onde querem, em geral os sujeitos que detêm o dizer estão inseridos na classe que oprime.

Na maior parte das vezes, os sujeitos não são controlados apenas ao falar ou ao escrever, mas também no próprio exercício de pensar (o que é como pensar), pois as ideias dominantes interpelam as pessoas, assujeitando-as às realidades que lhe são convenientes. Esse processo é decorrente do sistema capitalista, que resume a relação de dominação daqueles que possuem os meios de produção sobre aqueles que não têm. Nesse sentido, acontece a separação entre a produção das ideias e as condições sociais e históricas nas quais essas ideias são produzidas. Na divisão de classes, entre dominador e dominado, há uma separação entre trabalho intelectual e trabalho material; nessa relação, as ideias da classe dominante serão sempre as ideias dominantes. Logo, a ideologia é um instrumento de dominação de classe, porque a classe dominante faz com que suas ideias passem a ser as ideias de todos.

A dominação aliena o homem e o torna dependente do sistema. O modo de produção influencia o desenvolvimento da vida social, política e

intelectual. O trabalho e a obediência à classe dominante (que detêm os bens materiais) tornam-se elementos essenciais para a definição de um sujeito manipulado. No sistema atual, o capitalismo, o proletariado é refém da ideologia da burguesia. Por ter o domínio das grandes corporações e dos principais meios de mídia, a classe do topo da pirâmide espalha sua visão de mundo, de forma a controlar a visão de mundo de todo o restante da sociedade, que acaba acatando as ideias das classes dominantes; afinal, a classe dominada acredita, assim, em uma proteção e em um bom convívio social. Todavia, nem sempre o sistema funciona exatamente como planejado, é nesse ponto que entra a pichação, porque é por meio da ação de sujeitos atravessados por ideologias distintas das ideologias dominantes que se busca espaço para falar, para dizer e para gritar contra todos os discursos determinados, instaurando uma contínua disputa do dominado contra o dominador, ou vice-versa. No entanto, esse ciclo cria uma enorme injustiça social, na qual a exploração continua predominando.

Nesse sentido, Van Dijk (2017, p. 20) acrescenta que

o “controle da mente” envolve muito mais do que apenas a compreensão da escrita ou da fala; envolve também o conhecimento pessoal e social, as experiências prévias, as opiniões pessoais e as atitudes sociais, as ideologias e as normas ou valores, entre outros fatores que desempenham um papel na mudança da mentalidade das pessoas.

Dessa forma, a pichação é vista como quebra do controle (que é quebra da lei, que é quebra de conceitos, que é quebra de padrão), na busca por liberdade de dizer o que deseja, como deseja e onde deseja. Estamos falando, aqui, de sujeitos excluídos socialmente, de questões políticas que são deixadas à margem porque não beneficiam – diretamente ou indiretamente – a classe que é socialmente dominante. É o discurso da resistência. Charaudeau (2015) completa que há muitos lugares onde os discursos políticos são fabricados, e suas principais características consistem em ser social e circular no interior dos grupos que os produzem e, depois, se locomover até outros grupos. Assim, nesse processo, os discursos se transformam.

Nesse sentido, a pichação é, na maioria das vezes, um ato político, é uma intervenção que se torna um meio de comunicação, é anônima e ao

mesmo tempo de todo um grupo. A pichação está para a escrita no mesmo sentido que o grito está para a fala, ambos precisam ser notados. Ali, na pichação, é lugar de engajamento do sujeito enquanto parte do social, a parede passa a falar.

O fato de nossa sociedade ser regida pelo capitalismo faz com que todas as decisões girem em torno do capital, portanto aquele que não possui capital, não toma decisões. Assim, a apresentação de suas decisões – suas opiniões – acontece por meio de uma forma de protesto, nesse caso, por meio da pichação, na busca de um espaço em que possa ser ouvido. Isso é político e social: político, principalmente na forma de manifestação, no ato de calar o outro e no desejo de gritar, e social porque fica a esperança de que alguma medida seja tomada em prol da sociedade, sobretudo da classe desprivilegiada.

Além disso, de acordo com Charaudeau (2015, p. 46),

a política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção. Conseqüentemente, o discurso das ideias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertence a uma problemática da verdade (dizer o Verdadeiro) e o segundo a uma do verossímil (dizer ao mesmo tempo o Verdadeiro, o Falso e o Possível).

A partir da pichação a cidade se expressa, a cidade enuncia um desejo, é através dos muros que podemos ouvir o outro lado do sistema social. A pichação torna-se, nesses confrontos de ideias, um desabafo, um momento de suspiro e respiro. Assim, a pichação é evidentemente necessária como parte de um todo político, é a cidade sendo gente e o sujeito sendo cidade, uma vez que não é possível dissociar a cidade do sujeito, pois é o sujeito quem faz a cidade. Só existe cidade, porque existe sujeito. E sujeito que resiste, que luta e que faz a cidade. Charaudeau (2015) acrescenta que, em meio a tudo isso, fica evidente que os sujeitos que vivem em um mesmo lugar são diferentes e, nesse sentido, não têm os mesmos interesses ou objetivos. Aqui, é o político, mais uma vez, se manifestando, através das lutas de classes entre dominador e dominado, entre quem detém o poder e quem não o possui, entre continuar dominado ou sair dessa condição. Charaudeau (2006, p. 63), ao

definir a mídia como um meio de alcance social, afirma que ela “constitui uma instância que detém uma parte do poder social”.

Além disso, vale ressaltar que, caminhando junto com o discurso político, ou melhor, caminhando junto com o sujeito, temos os atravessamentos ideológicos, que são os responsáveis pelos posicionamentos políticos de cada um. Charaudeau (2015, p. 192) aponta que

a ideologia é um modo de articulação entre significação e poder, que tem quatro fundações: uma legitimação, que consiste em racionalizar sua própria legitimidade para justificar-se e significar sua posição de dominação; uma *dissimulação*, uma vez que essa atividade de racionalização acaba por mascarar as relações de dominação; uma *fragmentação*, uma vez que essa dissimulação acarreta a oposição dos grupos entre si; enfim, uma *reificação*, uma vez que essa racionalização tende a naturalizar a história como se ela fosse atemporal.

Segundo Charaudeau (2015, p. 194), a ideologia é a responsável por criar representações determinadas, que irão construir crenças que “se materializam na linguagem e desempenham o papel de mascarar a realidade, sobredeterminando completamente o sujeito”. Logo, o poder é um estado que é resultado de uma conquista e, nesse sentido, ideologia e poder estão sempre relacionados.

Qualquer enunciado, por mais inocente que seja, pode ter um sentido político a partir do momento em que a situação o autorizar. Mas é igualmente verdade que um enunciado aparentemente político pode, segundo a situação, servir apenas de pretexto para dizer outra coisa que não é política, a ponto mesmo de neutralizar seu sentido. Não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza (CHARAUDEAU, 2015, p. 39).

A sociedade não funcionaria sem que houvesse ordem, controle; no entanto, o problema está no fato de apenas uma pequena parcela da sociedade conseguir atuar na ordem e no controle. Portanto, o problema, mais uma vez, é antes de tudo, político, pois o poder está nas mãos dos detentores do capital e, assim, os marginalizados são silenciados.

Van Dijk (2017, p.84) acrescenta que o poder, como mencionado acima, também pode “se manifestar de forma mais indireta no discurso, como representação na forma de expressão, descrição ou legitimação dos atores do poder ou de suas ações e ideologias”; é o poder ou mesmo a própria luta contra o poder, como ações de um discurso que é político, ou seja, professores universitários, por exemplo, controlam o discurso acadêmico, de forma diferente dos professores de escolas de ensino básico, que controlam o discurso educacional. Da mesma forma, aqueles que possuem mais controle sobre o maior número de discursos são também os mais poderosos.

Logo, é o próprio Estado – como espaço público e político, que governa as instituições – que faz com que a política aconteça, sendo, portanto, o discurso político responsável pela representação, reprodução e legitimação do poder e das posições de dominação de determinada classe em relação à outra.

## CAPÍTULO IV

### ANÁLISE DO CÓRPUS

#### 4 ANÁLISE DAS PICHAGÕES

A Análise de Discurso, enquanto teoria, volta toda a sua atenção para o próprio discurso e, assim, acaba por nos proporcionar diversos mecanismos que facilitam o entendimento acerca do funcionamento discursivo. Pelo viés da AD, podemos estudar os processos de compreensão/apreensão dos efeitos de sentidos a partir dos atravessamentos de cada sujeito, observados a partir da linguagem. Dessa forma, o discurso só pode ser efetivamente analisado, quando levamos em consideração todos os aspectos exteriores à própria linguagem como, por exemplo, a materialidade histórica, o social e as relações de interação que acontecem entre os sujeitos e, dessa forma, torna-se possível compreender os efeitos de sentidos que cada discurso pode enunciar.

Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. por outro lado, tampouco assentamos esse esquema de ideia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: discurso é efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2015, p. 19).

Por essa perspectiva, a AD é concebida como uma disciplina interpretativa, pois o sentido não é estabelecido apenas pelas marcas linguísticas, mas é proveniente, também, de uma memória discursiva, que remete valores sociais e políticos. Portanto, o sentido aflora da materialidade linguística a partir de sua relação com a materialidade histórica; afinal, a materialidade linguística – somente – não dá conta de disseminar os múltiplos efeitos de sentidos que podem ser captados a partir dos discursos.

Conforme Orlandi (2012, p. 14),

A Análise do Discurso permite pensar a leitura (escrita) além da interpretação: o sujeito, que interpreta, lê a partir de sua posição sujeito, o sujeito leitor crítico lê refletindo sobre sua posição sujeito, sobre as condições de produção de sua leitura, por isso ele não interpreta apenas, ele compreende, sem no entanto trabalhar sua determinação através da teoria.

E mais, segundo Orlandi (2012), a linguagem não é transparente, por esse motivo os textos – que aqui são discursos – produzem sentidos variados. Os efeitos de sentidos estão além dos sujeitos que produzem, a compreensão/apreensão cabe também aos sujeitos que recebem esses discursos, pois, para a Análise de Discurso, os enunciados não possuem apenas um único sentido, eles são plurais – o sentido é um efeito de sentido – porque dependem das condições de produção e das formações ideológicas nas quais estão inseridos.

Para Maingueneau (2015, p. 33), o analista do discurso deve – em todos os momentos – se esforçar para manter um equilíbrio, que seja notável, entre “a reflexão sobre o funcionamento do discurso e a compreensão de fenômenos de ordem sócio-histórica ou psicológica”, assim, suas análises evidenciam componentes internos e externos da linguagem.

O sentido da palavra é determinado pelo lugar ocupado pelo sujeito, determinando sua filiação a uma ou a outra formação discursiva. Afinal, nem tudo pode ser dito nem qualquer um pode dizer o que quer. São essas condições de produção que permitem ou não que algo possa ser falado e, conseqüentemente, fazer o devido sentido para alguém em um determinado momento histórico (SOARES; SELLA; COSTA-HUBES, 2013, p. 268).

A cidade manifesta-se nas pichações, fazendo com que os efeitos de sentidos não fiquem parados, mas sejam moventes, causando impactos e questionamentos. A pichação está ali para significar das mais diversas formas possíveis, reguladas pela exterioridade. Dar tinta ao muro é um processo notório de manifestação do sujeito, demonstrando através dos traços os discursos que são calados, abafados, ou mesmo esquecidos. Nas universidades, os sujeitos saem do silêncio e buscam espaço para o dizer (grito

social), uma vez que as condições de produção, dentro do ambiente universitário, são distintas das condições de produção da cidade em si. Esse dizer visa ao crescimento e à transformação social, por meio da atuação de um sujeito cada vez mais crítico. O espaço é de transformação. O momento é de amadurecimento e luta. Luta contra as determinadas imposições sociais, luta contra preconceitos, luta por uma sociedade menos preconceituosa e mais acolhedora. Apesar de não trazer tanta efetividade, ao menos cumpre o propósito da resistência.

Por essa perspectiva, analisar cada uma das pichações aqui selecionadas requer cautela, porque cada pichação selecionada apresenta múltiplas formações ideológicas, discursivas e, também, condições de produções variadas e, para que tenhamos análises de cunho científico, é necessário que todos esses fatores sejam levados em consideração.

#### 4.1 IMPRENSA DO POVO

**Figura 3: Imprensa do povo**



Fonte: próprio autor

A escolha da primeira pichação vai ao encontro de toda a discussão teórica já abordada ao longo dessa pesquisa: o muro, em dados momentos, é espaço acessível para a fala das minorias. Assim, os sujeitos que picham estão buscando, no muro, um lugar para que consigam ter voz ativa, com o objetivo de despertar inquietação, através da reflexão, pois a pichação nos revela a própria manifestação da reivindicação e da contestação política, ou seja, uma determinada classe busca – por meio da pichação – seus direitos, através da exposição pública.

De acordo com Spinelli (2007), o ato de pichar é uma maneira que os sujeitos encontram de marcar a cidade que habitam, vivendo o eu-urbano a partir do eu-sujeito, pois cidade e sujeito são indissociáveis. Nesse sentido, Guimarães (2013) acrescenta que o discurso carregará sempre determinadas significações, pois o sujeito que enuncia bem como o sujeito que compreende estão inseridos em condições diferentes. O sujeito, assim, encontra no muro um lugar apropriado para se expressar, fazendo denúncias e reivindicando seus direitos; afinal, as minorias quase nunca são ouvidas, quando ouvidas, são desacreditadas.

Para Orlandi (2012), a pichação nem sempre está ligada a uma autoria individual, mas a um grupo, reforçando que o sujeito tem a necessidade de pertencer à sociedade e/ou à cidade. É por meio da pichação que os sujeitos buscam se representar de forma política e, principalmente, ideologicamente, para que consigam – mesmo que utopicamente – sair das margens sociais.

Dizer, por exemplo, que o muro é “imprensa do povo” é reafirmar que a mídia – e aqui devemos pensar em todos os veículos de massa, acessíveis e/ou controlada pela classe elitizada – raramente abre espaços para que essas classes minoritárias tenham voz na luta pela igualdade. Assim, para Orlandi (2004, p. 110),

é o gesto da pichação que o representa mais fundamente na sua “vontade” social: o do que sai do silêncio (que lhe nega a página em branco do caderno na escola, ou um lugar social onde se “coloque” profissionalmente, ou um espaço cultural que o acolha em suas manifestações próprias). O sinal gráfico que o põe em contato, antes de tudo, consigo mesmo (a forma da grafia, assinatura, etc), e com os “seus” (as alianças), às

vezes aceitas (outras não) pela “gente do bairro”, é o primeiro gesto que o coloca em cena.

Além disso, a pichação demonstra um universo identitário, pois a maioria dos sujeitos praticantes da pichação não tem acesso aos recursos da cidade, possui suas vidas marcadas pela pobreza, ou seja, observamos que a pichação pode representar uma forma de resistência contra a segregação social. Nesse sentido, os pichadores se apropriam dos espaços, recriando neles sentidos novos e novas formas de se sociabilizar, eles passam a ressignificar o espaço, com a finalidade de despertar reflexões. Especificamente, em relação às pichações presentes nos ambientes universitários, embora o acesso aos recursos e à intelectualidade estejam em pleno desenvolvimento, há de se ressaltar o fato de que ainda existem questões/assuntos que necessitam de serem divulgados, posicionamentos de serem tomados. Enfim, podemos verificar, por meio dessas pichações que, mais do que a suposição de vandalismo, há uma forte denúncia social.

Também, é importante ressaltar que ao dizer “imprensa do povo”, há um sujeito que resiste contra a institucionalização, que gera desintegração, porque ele busca ser ouvido, ser notado. O muro é suporte dado à manifestação, evidenciando conteúdos ideológicos, políticos e sociais que precisam de atenção, atestando que a pichação invade os centros urbanos em resposta à negação de bens e serviços básicos: a liberdade de dizer, o espaço para que possam dizer e mais: que digam e que a situação possa ser transformada.

As pichações, aqui analisadas, representam uma política de resistência e de posicionamento. Busca-se mudança social, propondo uma revisão dos valores culturais e políticos nos quais os sujeitos estão dispostos a transformarem a realidade, evidenciando que a sociedade está buscando, com a manifestação no muro, uma revisão das relações sociais estabelecidas, há muito esquecida pelo sistema governamental. A busca por espaço onde possam ter voz ativa é uma luta por melhores condições de deslocamento, é uma forma de garantir direitos a serviços públicos – com qualidade. Mas, além de tudo isso, é o sujeito resgatando o espaço público como um espaço político, é sair do silêncio, por mais que o silêncio diga tanto, pois, de acordo com

Orlandi (2007), as palavras transpiram silêncio, são vozes que foram caladas, abafadas e não ouvidas.

É o silêncio da opressão... O silêncio do oprimido. E nós o inscrevemos nisso que denominamos o discurso da Resistência, considerando-o como uma forma de oposição ao poder... O silêncio, como dissemos, não é transparente. Ele é tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar (ORLANDI, 2007, p. 101).

Por meio das mensagens e indignações expostas pelas pichações, a cidade vai sendo transformada em espaço para a contestação do seu estado de cidade e transborda por reivindicações que estão marcadas no espaço urbano. A explosão nas ruas ocorre porque há – historicamente falando – um bloqueio de vozes e debates políticos por parte de uma minoria social (e essa parte é, na maioria das vezes, a mais carente de atenção e cuidados).

Além disso, alguns pontos presentes na imagem devem ser levados em consideração, por exemplo, as grades que delimitam dois espaços públicos: a rua (a cidade) e a universidade, evidenciando certa privatização do espaço público. No entanto, não há – efetivamente – controle, nem do que está fora, nem do que está dentro, tendo a falsa ilusão de domínio do espaço. Nesse sentido, quando o sujeito escolhe pichar do lado de fora, pode ser porque do lado de dentro não teria a mesma liberdade, levando em consideração que, dentro da universidade, o público é selecionado, pois o espaço universitário zela pelo lado de dentro, controla o lado deles, privatizando, de certa forma, o público e, conseqüentemente, delimitando os dizeres. Orlandi (2004, p. 74) comenta que

Na medida em que você opera o espaço público por exclusão você vai multiplicando a potencialidade para a violência. Você vai ter na relação com aqueles que já estão excluídos de fato da sociedade, que têm uma carga pesada de marginalidade, uma indiferenciação grave: tudo o que está fora desse espaço que você fechou fica por conta de ser inimigo, de ser hostil.

Outro ponto que podemos ressaltar é a própria rua junto à ciclovia, demonstrando o livre acesso ao lado desse dizer, pois nesse espaço público todos podem transitar. Em universidades sem muro e sem grades, o dito

“imprensa do povo” poderia trazer outros sentidos, já que quem passa pelo lado de fora não vê pichação nenhuma, é preciso estar dentro do espaço para ver, como se a realidade de quem está dentro e de quem está fora fosse distinta. No entanto, quando observamos a delimitação da universidade por meio de muros e grades percebemos que o acesso de quem está dentro e de quem está fora ocorre lado a lado, por isso tornou-se necessária a grade para limitar. Assim, o muro como sendo imprensa, na esfera limitadora, diz mais, isto é, pode fazer com que as manifestações tomem outras proporções, buscando atingir uma totalidade (todos os indivíduos que transitam por aquele ambiente, de carro, de bicicleta, sem veículos), e não apenas um público específico (o público da universidade). A manifestação torna-se, ao mesmo tempo, interna e externa.

Compreendemos, dessa forma, que a cidade faz o sujeito, porque ela se diz através dele. Os discursos pichados são, antes de tudo, discursos sociais, é a expressão do dito e, principalmente, do não dito, é o grito e, mais ainda, o silêncio que grita, é o processo de construção e/ou constituição do sujeito, por meio de suas posições ideológicas e suas condições de produção.

#### 4.2 DEUS É PRETO (A)

**Figura 4: Deus é preto(a)**



Fonte: próprio autor.

Recentemente, muito se tem discutido sobre a questão das minorias em nossa sociedade, como observamos na imagem, verificamos dois pontos distintos: o primeiro, a afirmativa de que Deus é preto, indo contra o senso comum de um Deus branco, e o segundo, a afirmativa de que Deus pode ser tanto homem como mulher ou, ainda, um terceiro aspecto que pode ser dos dois sexos ou mesmo assexuado. Essas questões buscam reafirmar uma identidade, uma identidade constituída a partir da diferença, conforme afirma Woodward (2000). Silva e Silva (2015) acrescentam que identidade “é um sistema de representações que permite a construção do ‘eu’, ou seja, que permite que o indivíduo se torne semelhante a si mesmo e diferente dos outros”.

As afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre identidade. Dizer que “ela é chinesa” significa dizer que “ela não é argentina”, “ela não é japonesa” etc., incluindo a afirmação de que “ela não é brasileira”, isto é, que ela não é o que eu sou. As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis (SILVA, 2000, p. 75).

Assim, quando é enunciado Deus é preto(a), podemos compreender como sendo um sentido em fuga, porque a nossa sociedade está acostumada com a figura de um Deus masculino e branco, nesse momento, temos a ideologia como prática material, momento de tensão e deslocamento. Afinal, por onde andam os sentidos até chegarem neste enunciado? Aí está a própria movimentação dos sentidos, pois a sociedade está se constituindo a todo o momento, com novas formas de dizer. Esses sentidos vão em busca das outras condições da sociedade, os discursos saem do silêncio e significam, mas também podem, por meio do não dizer, propiciar efeitos de sentidos outros. Segundo Orlandi (2007, p. 102),

o silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mais impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s).

Além dos discursos acima mencionados – a respeito do gênero e da raça<sup>8</sup> – ainda é possível destacar o discurso religioso, através das associações com os interdiscursos<sup>9</sup> instaurados, em que o dizer pode colocar-se, em algum sentido, contra a instituição religiosa propriamente, pois a religião (mesmo com todas as suas mudanças) ainda guarda um posicionamento machista, afinal, Deus/Jesus sempre foi apresentado como homem, branco, de olhos claros e loiro por grande parte das instituições. Mesmo com os questionamentos de algumas teologias, que sempre questionaram essa descrição, o estereótipo construído socialmente não sofreu mudança.

O enunciado “Deus é preto(a)” consiste justamente na busca pela quebra de estereótipos já determinados. Segundo Pereira (2008), estereótipo consiste em crenças que são compartilhadas socialmente, sobre determinados membros de um grupo, ou seja, são padrões de determinadas categorias sociais, que irão implicar em padrões do próprio indivíduo. Nesse sentido, Citelli (1995, p. 47) inclui que a principal “característica do estereótipo é que ele impede qualquer questionamento acerca do que está sendo enunciado, visto ser algo de domínio público, uma ‘verdade’ consagrada”, logo, é uma ideia aceita e transmitida na/pela sociedade.

Assim, a busca pela quebra dessa visão que já está cristalizada é uma grande luta, pois os discursos que permanecem são, em sua maioria, excludentes e preconceituosos. Charaudeau e Maingueneau (2014) acrescentam que o estereótipo é a própria representação cristalizada pelo coletivo e essas representações são definidas como imagens pré-concebidas dos sujeitos, no meio social, uma vez que o estereótipo é o conjunto de

---

<sup>8</sup>Segundo Silva e Silva (2015, p. 124), em seu livro *Dicionário de Conceitos Históricos*, “a raça era entendida como as características hereditárias comuns a um grupo de indivíduos. Elaborou então o conceito de etnia para se referir às características não abarcadas pela raça, definindo etnia como um agrupamento humano baseado em laços culturais compartilhados, de modo a diferenciar esse conceito de raça (que estava associado a características físicas)”. Nesse sentido, raça significa ter a mesma origem (cultural e biológica), enquanto etnia consiste em ter uma cultura em comum.

<sup>9</sup>De acordo com Orlandi (2015), o interdiscurso consiste em alguma fala que ocorreu antes, em outro lugar e independente do momento da fala atual. Um saber que já está funcionando. No entanto, o enunciado atual se estrutura a partir desse esquecimento do que foi dito anteriormente, porque nós (enquanto sujeitos) esquecemos que esse dizer já foi dito várias vezes, em outros momentos. O sentido não nasce na gente, nós o retomamos de outros dizeres, um dizer já dito, agora dito a sua maneira, afinal, nós não temos acesso a como o sentido se constituiu em nós, até porque o sentido sempre pode ser outro. Authier-Revuz (2004, p. 69) acrescenta que “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’”.

crenças e opiniões que fundamentam e autorizam a interação entre os membros da sociedade.

Os mesmos autores completam que:

Todo enunciado retoma e responde necessariamente à palavra do outro, que está inscrito nele; ele se constrói sobre o já dito e o já pensando que ele modula e, eventualmente, transforma. Mais ainda, o locutor não pode se comunicar com os seus alocutários, e agir sobre eles, sem se apoiar em estereótipos, representações coletivas familiares e crenças particulares (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 216).

Nesse sentido, quando é dito “Deus é preto(a)” pode-se estar dizendo que ele não é branco e, principalmente, que “ele” pode ser interpretado como ela, como ele e ela, ou mesmo como nenhum dos dois gêneros, o que evidencia a busca por uma representação de todas as formas de maneira direta. No entanto, para que toda essa quebra de estereótipo ocorra e mudanças sociais aconteçam, é necessário que as concepções ideológicas tomem rumos diferentes, que os dizeres possam ser libertos e todas as identidades tenham seu próprio espaço, construído a partir do respeito que todos os sujeitos merecem. As diferenças sempre vão existir, isso é fato, mas o respeito ainda não é. A identidade não existe sem a diferença, uma vez que se diz ser uma coisa, está dizendo não ser outra. De acordo com Silva e Silva (2015, p. 204),

toda identidade é uma construção histórica: ela não existe sozinha, nem de forma absoluta, e é sempre construída em comparação com outras identidades, pois sempre nos identificamos como o que somos para nos distinguir de outras pessoas. A identidade feminina, por exemplo, se constrói ante a identidade masculina, a identidade dos negros ante a identidade dos brancos etc.

Além disso, outro ponto que necessitamos ressaltar é que a universidade, segundo as determinações governamentais, é um direito de todos os indivíduos. Por um passado histórico de escravidão e tortura contra os

negros no Brasil, ampliou-se, por meio das cotas<sup>10</sup>, o espaço para os negros nas universidades. Silva e Rosemberg (2016, p. 73) acrescentam

Fomos o país que mais importou escravos(as) africanos (as) durante o regime escravista, fomos o último país a abolir a escravidão negra (somente em 1888), somos a segunda maior população negra mundial – depois, apenas, da Nigéria – aproximadamente oitenta milhões de brasileiros, o que corresponde a 46% dos que se declaram negros (pretos ou pardos), acalentamos o mito (ou a ideologia) de que as relações raciais no país são cordiais ou democráticas ao mesmo tempo em que convivemos com intensa dominação branca sobre outros segmentos étnicos-raciais no acesso a bens materiais e simbólicos.

No entanto, mesmo com mais espaço para os negros, eles ainda são pouquíssimos nas universidades. Um dos possíveis efeitos de sentido desse pixo refere-se à necessidade de representação (a representação por meio do divino). Ao dizer “Deus é preto(a)”, podemos apreender que, apesar da garantia do espaço do negro nas universidades, os sujeitos que ali estão não se sentem pertencentes àquele lugar, o preconceito e a discriminação ainda são obstáculos muito presentes na sociedade contemporânea. O discurso evidencia, mais uma vez, a reafirmação desse processo histórico de exclusão, pois o espaço – onde se manifestam e buscam reivindicações – deveria ser um espaço de todos.

Além disso, vale elucidar a referência ao anarquismo construída pela intersecção da letra o e a, na palavra preto(a). Segundo Costa (1981), o anarquismo moderno surge como uma das ideologias/tendências mais à esquerda no movimento operário. Seus principais teóricos vivem na Europa, no final do século XIX – momento em que a classe operária está crescendo absurdamente, por conta da Segunda Revolução Industrial – e os círculos sindicais são verdadeiros caldeirões de ideias políticas revolucionárias. Então,

---

<sup>10</sup>Para Fry (2005), as criações de ações afirmativas não servem apenas para compensar os negros por toda escravidão sofrida no passado e, também, pela discriminação intensa do presente. Ela serve, principalmente, para desfazer a segregação racial. Fry (2005, p. 336) acrescenta, ainda, que “antes uma sociedade de classes que recusa reconhecer as identidades raciais, o Brasil é agora imaginado como uma sociedade de ‘raças’ e ‘etnias’ distintas. As políticas de ação afirmativa racial terão a consequência de estimular os pertencimentos ‘raciais’, assim fortalecendo a crença em raças”.

nesses círculos, começa a aparecer algumas distinções entre os partidários das ideias socialistas (como Marx) e os anarquistas (como Mikhail Bakunin).

Costa (1981) acrescenta que o anarquismo se caracterizava, principalmente, pela defesa de uma sociedade baseada na autogestão e no cooperativismo, em oposição à centralização política e econômica proposta pelos socialistas. Porém, ambos os movimentos são imbricados um no outro, não havendo possibilidade de separação definitiva. Nesse contexto, os símbolos anarquistas caracterizados pela cor preta e pela letra A (de anarquia) sobreposta ao O (que se refere à ordem) surgem. Ao longo do século XX, tanto as ideias quanto os símbolos serão constantemente reapropriados e ressignificados nos diversos contextos. Na imagem, o que nos chama atenção é a possibilidade do símbolo ter sido inserido na palavra preto(a), que é a cor predominante do movimento. Além disso, o estilo da pichação é muito semelhante ao estilo punk (que surgiu nos anos 1980, readaptando muitas das ideias anarquistas e usando o símbolo de forma mais agressiva, com as linhas retas da letra A extrapolando o contorno da letra O). Outra transferência de sentido está quando associamos a escrita ao próprio anarquismo negro, que foi uma tendência do movimento, especialmente após a Segunda Guerra, com os conflitos raciais vividos nos EUA e a própria descolonização da África.

Por isso, é a partir dos discursos que os sentidos se pluralizaram. Na pichação, há evidências de um “sair” do silenciamento social, ou seja, por meio do movimento interpretativo, é possível perceber, tanto pelo dito como pelo não dito, determinados posicionamentos, inclusive sociais e políticos. É dizer o não sentido, ou seja, o que já foi significado e o que ainda não foi. A própria fuga dos sentidos, fuga porque introduz um novo dizer, a busca pela reafirmação de determinado grupo e sua condição, porque o discurso é a reafirmação de uma minoria, ao dizer que Deus é uma mulher e essa mulher é preta, por exemplo, apreendemos que há uma ressignificação dos sentidos.

#### 4.3 COTAS SIM!

**Figura 5: Cotas sim!**



Fonte: próprio autor.

O grande passo para efetivação da política de ações afirmativas (sistema de cotas) foi dado em 2012<sup>11</sup> e passou a vigorar nas Universidades no ano seguinte. A lei prevê reserva de 50% das vagas ofertadas nas universidades e institutos para alunos que tiveram toda carreira escolar em escolas públicas e possuem baixa renda. O sistema de cotas é dividido em dois: 1) alunos de escola pública com renda menor ou igual a 1,5 salário mínimo por pessoa e 2) pessoas com renda menor que 1,5 salário mínimo. Negros, índios e deficientes entram em porcentagem dentro das duas especificações. Desde a criação da lei, as universidades e institutos tiveram até o ano de 2016 para se adequarem às exigências e cumprirem o que foi determinado, a partir daí o sistema de cotas passou a vigorar realmente. O processo de cotas busca selecionar, primeiramente, alunos oriundos de escolas públicas, posteriormente, é feita uma análise da renda familiar e, por fim, verificam-se alunos negros, indígenas e pardos.

De acordo com Pacheco (2017), as cotas sociais, como são chamadas as cotas para alunos de escolas públicas, ocorrem, efetivamente, para diminuir a larga diferença socioeconômica existente. Sem as cotas, a competição, por meio do vestibular, seria injusta, visto a qualidade do ensino público cada vez mais deficiente, em comparação com as escolas particulares, bem como o acesso à cultura, entretenimento e informação.

Com o passar dos anos, algumas instituições já ampliaram as cotas de negros, estendendo a porcentagem para todo e qualquer negro, independentemente se o indivíduo veio ou não de escola pública. Essa medida, denominada de cota racial, ocorre por meio da justificativa de que a sociedade brasileira tem, no mínimo, uma dívida de proporcionar oportunidades semelhantes para com esse grupo de pessoas.

No entanto, em nossa sociedade, ainda há uma divisão muito grande quando o assunto é “cotas”; de um lado estão as pessoas que defendem a política de ações afirmativas, declarando ser apenas por meio das cotas a possibilidade de igualdade no acesso ao ensino superior, além de aumentar a diversidade de grupos que adentram à universidade, que antes das

---

<sup>11</sup>Segundo site do planalto do governo ([www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)), o sistema de cotas foi criado em agosto de 2012 (Lei nº 12.711/2012) e passou a vigorar no Brasil no ano de 2013. A Lei prevê reserva de 50% das vagas nas universidades para alunos oriundos de escola pública, negros, índios e deficientes.

contas não era possível (tais como negros e índios). Polarizadas a essa ideia, estão as pessoas que são contrárias ao sistema de cotas, alegando que esse tipo de política, ao invés de beneficiar o indivíduo, acaba por desmerecer, apontando que ele não tem habilidade para competir com alunos não cotistas.

Uma reportagem intitulada “Cotas, melhor tê-las”, feita pela Revista Veja (2017), aponta que, por exemplo, na discriminação entre um branco pobre e um negro pobre, o negro nem sempre terá as mesmas chances. Segundo David Santos, fundador da ONG Educafro, “a cota não veio para atender quem quer desenterrar um bisavô negro, mas para os que sofrem racismo”, no entanto,

o geneticista Sérgio Danilo Pena afirma que não faz sentido algum, do ponto de vista genético, separar brasileiros em grupos de cor porque todos os humanos têm ancestralidade tripla — ameríndia, africana e europeia. “Ações afirmativas são importantes, mas devem seguir critérios sociais, em vez de elementos fenotípicos. A separação pela cor retoma práticas ultrapassadas e perigosas de valorização de traços físicos”, alerta Pena. A própria ideia da compensação aos discriminados é combatida. “O certo não é pagar pelo passado. É ajudar as pessoas que são injustiçadas hoje. A política pública que decide quem ganha e quem perde em função da cor da pele é um equívoco completo”, fulmina o sociólogo Simon Schwartzman, especialista em educação.

Dessa forma, a pichação da imagem 4 (inserida, justamente, dentro de uma Universidade Pública) retrata um posicionamento que representa, mais do que um desejo, uma necessidade: o discurso ali enunciado clama para que as cotas existam, ou seja, para que o sistema de cotas continue a vigorar. E precisava estar também fora, pois é uma necessidade de dizer para um todo. Aqui, mais uma vez, notamos o dizer na luta pelos direitos das classes minoritárias, há um discurso que demonstra as relações com outros interdiscursos e, conseqüentemente, outros posicionamentos. A pichação expressa essa voz (de todos os sujeitos que lutam pela manutenção e existência das cotas) de legitimar e/ou cobrar um direito que é próprio do indivíduo, uma vez que é constitucional (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012).

Nesse sentido, lembramos propriamente o funcionamento da memória discursiva, os já-ditos em outros lugares que se fazem dizer

novamente; afinal, só é possível reafirmar a necessidade de permanência das cotas porque, em algum momento, em algum lugar, o dito foi ameaçar a existência das cotas.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2015, p. 29).

Assim, todos os sentidos já-ditos por alguém, em algum lugar, sobre a polêmica das cotas, por exemplo, apresentam efeitos variados quando colocados em contato com esse enunciado, evidenciando múltiplos sentidos, dependendo das condições nas quais os sujeitos do discurso estão inseridos. Cabe pensar toda essa situação por meio da memória, porque só é possível reafirmar a necessidade de manutenção das cotas, porque em outros lugares outros já-ditos ameaçaram sua existência, permitindo, então, a manifestação feita por meio da pichação como constituição de protesto, propriamente. Vale ressaltar que as ações afirmativas não existem somente para compensar o negro pelo passado de escravidão e pelo presente de discriminação. As políticas afirmativas servem, principalmente, para desfazer a segregação racial instalada em nossa sociedade, de forma que o Brasil seja um lugar de raças e/ou etnias distintas, mas que tenham as mesmas oportunidades.

Tanto a formação discursiva (FD) como as condições de produção (CPs) são de extrema relevância para interpretação e compreensão deste enunciado, uma vez que o grito pela manutenção do direito de cotas está inserido dentro da própria universidade, pois os efeitos de sentidos poderiam ser outros se esta mesma pichação estivesse em qualquer outro lugar, que não em seu próprio meio de atuação. De acordo com Orlandi (2015, p. 41), “o discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro”. Interessamos, neste discurso, a interpretação de um desejo coletivo, porque outros sujeitos já conseguiram se inserir neste espaço por conta das cotas e

desejam que outros tenham as mesmas condições, daí a luta pela manutenção de tal política.

As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em reação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência da palavra mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele (ORLANDI, 2015, p. 41).

É fundamental que consigamos reduzir as desigualdades entre brancos e negros, colocando o negro em pé de igualdade com o branco. Nosso país é racista, o racismo brasileiro se constrói – diariamente – na negação da existência do racismo, são questões ideológicas em jogo. Segundo Cardoso (2017, p. 84), “as ideologias contam no comportamento das pessoas. De alguma maneira os que dizem ao mundo que no Brasil não existe preconceito contra negros confessam inconscientemente que seria melhor se não tivesse”.

Os negros são poucos nas universidades e os poucos que ali estão não se sentem pertencentes ao espaço. Portanto, ao escolher colocar no muro determinado discurso, a pichação se transforma numa espécie de grito social, um grito que pede por reflexões e, quem sabe, por mudanças de comportamentos. É o apelo social através do muro. É o dizer, que, apesar de um contexto restrito (o universitário), busca legitimar os ditos e, principalmente, aquilo que é silenciado, abafado e que pode, um dia, ser dito por meio de outros dizeres. O silêncio é a condição de possibilidade de o dizer deixar de ser um e vir a ser outro. Dessa forma, os sentidos passam a ecoar socialmente em cada sujeito que compreende e/ou apreende os efeitos de cada enunciado.

#### 4.4 GOLPISTAS, Ñ PASSARÃO

**Figura 6: Golpistas, ñ passarão**



**Fonte:** próprio autor.

Todo enunciado é constituído por pontos de deriva, de forma que o sentido sempre pode ser um ou outro e isso só é possível graças ao deslizamento de sentidos, ou seja, os sentidos à deriva. Segundo Pêcheux (2002, p. 53),

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciado é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. E nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.

Os sentidos são múltiplos, porque o dizer nunca é repetido, mas retomado, não é dizer o mesmo, mas produzir movimento de forma que os sentidos possam ser diversos. Um mesmo sujeito não pode falar de todas as perspectivas de significação, sempre que um discurso é enunciado, haverá sempre um não dito, um dizer que não foi apreendido.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2015, p. 30).

A multiplicidade de sentidos nos afeta enquanto sujeito, pois cada um se identifica com um sentido em detrimento de outro, isso acontece por conta dos atravessamentos que perpassam cada sujeito. Junto a isso, há o silêncio que faz com que exista ainda mais chances de o sentido migrar de um estado de significado para outro, por conta das determinações impostas aos sujeitos. Os sentidos podem mudar de caminho, mas isso não impede o discurso de ser dito, porque é história, algo que se repete, que é retomado, mas há, ao mesmo tempo, um momento de rompimento, quando os dizeres se ressignificam, nas condições que lhe são atuais. Gregolin (2003, p. 16) aponta que a história se constrói no presente “a partir de retomadas de idéias desenraizadas no passado”. Nesta pichação, é possível perceber esse

processo de retomada. É o interdiscurso, por meio de acionamentos da memória discursiva, existindo. No discurso “Golpistas, ã passarão”, pichado dentro da Universidade, verificamos, mais uma vez, uma classe buscando, no muro, marcar seu posicionamento, dizer o que muitas vezes é silenciado.

O discurso presente nessa pichação (imagem 5) estabelece relação com os já-ditos em algum momento, em outro lugar, como por exemplo, o golpe militar<sup>12</sup> contra o governo do presidente João Goulart no ano de 1964, fazendo acionar a presença da memória discursiva, assim, o dito apresenta um vínculo direto com um importante acontecimento histórico do nosso país, bem como com o acontecimento atual referente ao *impeachment* da presidente Dilma em 2016. Nesse sentido, essa pichação reflete a representação social de duas épocas diferentes, uma vez que os efeitos de sentidos só poderão ser apreendidos, de forma efetiva, quando se relacionam ambos os acontecimentos.

Ao pensar na pichação, por meio da memória discursiva, a referência ao golpe de Estado de 1964 é inevitável, pois determinados grupos de pessoas no Brasil acusaram a saída da presidente Dilma como inconstitucional tal como o ocorrido de 1964. É evidente, nesta construção discursiva, uma intensa briga ideológica entre classes que eram contra a saída da presidente do governo.

Em relação aos diversos posicionamentos ideológicos, Orlandi (2012, p. 143) acrescenta que somos

---

<sup>12</sup>Segundo Napolitano (2014), em seu livro *1964: história do regime militar brasileiro*, o golpe civil-militar de 1964 ocorreu num momento em que o Brasil passava por uma forte instabilidade política e econômica. O presidente João Goulart, que foi eleito como vice-presidente, assumindo a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, desde o início de seu mandato sofreu oposição de setores das Forças Armadas e de outros grupos sociais, devido à sua suposta ligação com movimentos de esquerda e suas declarações favoráveis às reformas sociais. Além disso, economicamente, o governo enfrentava a queda na taxa de crescimento e inflação. O estopim para o golpe ocorreu em março de 1964: no dia 13, Jango realizou um comício na Central do Brasil anunciando reformas sociais; no dia 25, um grupo de marinheiros se amotinou, recebendo apoio de Jango; tudo isto contribuiu para aumentar a oposição militar a João Goulart, que acabou sendo deposto após a mobilização de tropas do exército e aeronáutica no Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal e outros estados, com apoio militar e diplomático dos EUA, em 31 de março. Em seguida, Jango partiu para o exílio, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência, transmitindo o poder ao grupo de militares que liderou o golpe. Falamos em um golpe "civil-militar" porque, apesar de toda a ação ter sido desencadeada pelos militares, foi feita com amplo apoio de setores da sociedade civil, como empresários, latifundiários, burocratas e jornalistas.

Determinados pela história, pegos pela necessidade da língua, pela ideologia, estamos condenados, mesmo se não nos damos conta, à relação com a ética e com o político: na posição de responsabilidade em relação aos sentidos, o sujeito tem de “assinar” o que diz, assumir sua interpretação. Numa relação em que se articulam causa e consequência, dominados pela importância que, em nossa cultura, damos à não-contradição, atrás das palavras tem de haver verdade. E a questão é justamente esse “atrás”. Ele nos faz ver que as palavras não são apenas o que parecem, não são só presença. São presença e ausência. São o que parecem e não parecem, são o que dizem e não dizem. Não são evidentes. Não ficam paradas no mesmo lugar. Movimentam-se, deslocam-se, rompem espaços de sentidos fixados. Tentamos solo firme único e, no território das palavras, nos defrontamos sempre com múltiplas versões.

Isso reafirma o fato de que as condições de produção, bem como as formações ideológicas e discursivas determinam os sentidos que podem ser compreendidos/apreendidos. Os sentidos, mais uma vez, estão em fuga, por meio da repetição, que os apresenta sob várias formas, a partir de várias FDs, ou seja, os sentidos vão se reformulando, uma vez que o momento histórico é outro, como no caso desta pichação. Além disso, o sentido nunca vai ser exato, pois ele depende – diretamente – dos atravessamentos de cada sujeito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que os sujeitos não compreendem/apreendem os efeitos de sentidos da mesma forma, pois cada um está inserido em um momento que pode ser diferente do momento do outro, pois estão em condições distintas de produção, por isso um enunciado pode ser lido de diferentes maneiras, nas diferentes épocas, por exemplo. Nesse sentido, o analista de discurso não pode apenas interpretar, ou simplesmente descrever o texto, mas deve, principalmente, fazer compreender os processos que possibilitam a constituição dos discursos, bem como a multiplicidade dos efeitos de sentidos.

A posição do analista não reflete mas, ao contrário, trabalha a questão da alteridade, do outro na linguagem, no entanto, a posição do sujeito está sob o efeito do apagamento dessa alteridade, desse outro (exterioridade, historicidade) com a ilusão do sentido-lá, de sua evidência. Não refletir, mas observar esse efeito, significa para o analista produzir, com seu dispositivo, um deslocamento que lhe permita trabalhar as fronteiras das diferentes formações discursivas, suas relações (ORLANDI, 2004, p. 24).

Para isso, o respaldo teórico da AD, nesta dissertação, foi imprescindível, uma vez que embasou nosso olhar para o objeto escolhido: a pichação, com a finalidade de compreender seu funcionamento discursivo, assim como a própria constituição do sujeito. Quanto ao gênero selecionado, entendemos que sua função vai muito além de colocar tinta nos muros, a pichação é capaz de revelar inúmeros problemas da sociedade, elencando aspectos que são sociais, econômicos e, principalmente, ideológicos. A pichação é um grito social, ela demonstra, dentre tantos efeitos de sentidos, consciência política, além de apresentar inúmeras denúncias. Volto a repetir, é grito social, não apensar um ato de vandalismo.

Dessa forma, verificamos que o conceito de formação ideológica é fundamental, pois ele nos dá condições de entender a existência de tantas possibilidades de interpretação de um mesmo enunciado, uma vez que a ideologia faz o sujeito significar a partir das relações sociais.

Orlandi (2016, p. 204) esclarece:

sujeitos e sentidos se constituem na relação da língua com a história, atravessados pelo inconsciente e pela ideologia. E é como tal que têm suas práticas sociais funcionando no espaço urbano, significando e sendo significado através delas, nas suas diferenças.

Ou seja, a ideologia materializa-se no discurso e o discurso torna-se material por meio da língua, logo, a compreensão/apreensão dos sentidos pelo sujeito depende – principalmente – da relação entre linguagem e história, justificando os determinados posicionamentos assumidos pelo indivíduo no social. Dessa forma, a partir das pichações, compreendemos que o sujeito se revela, enquanto sujeito identitário, na busca de despertar reflexões sobre as práticas sociais. Na cidade, o discurso urbano se revela pelo simbólico através da linguagem e pelo político através das relações de poder.

As pichações selecionadas para esse trabalho referem-se ao discurso político, cujo tema abordado está relacionado aos conteúdos sociais.

Em todas as impressões prevalece a idéia de que o sujeito pode atravessar as fronteiras do saber e do poder pela sua força de vontade [...] e completar o dito. Com o silêncio, ultrapassa-se o sentido do não-dito como aquilo que se pode dizer mas não é preciso, ou o não-dito que exclui, para se atingir o funcionamento da significação em que estão em jogo a constituição mesma do processo de significar e o ponto de efeito discursivo de onde falam as “outras palavras” (ORLANDI, 2007, p. 169).

As pichações, aqui apresentadas, enunciam um discurso que precisa ser ouvido, para que as condições das classes minoritárias tenham maior atenção e rumos de vidas diferentes do que normalmente lhes é proposto. Há vozes ecoando, porque da mesma forma que o sujeito se constitui a partir das relações sociais, os discursos também estão relacionados com outros discursos. Assim, uma determinada formação discursiva estará em contato com outras tantas formações discursivas e, a partir disso, os sentidos são efetivamente produzidos.

Em relação às condições de produção, é importante salientar que há um determinado contexto sócio-histórico, uma dada formação discursiva, portanto, os efeitos de sentidos são produzidos/captados a partir do assujeitamento do discurso a tais condições. As pichações estão no ambiente

público e não privado, ou seja, é um ambiente conhecido por despertar o posicionamento crítico dos sujeitos (as universidades), o que reforça a necessidade de despertar reflexões sociais em busca de novas condutas para a sociedade.

Nesse sentido, Baccega (2007, p. 10) relata que

a opção por um ou outro modo de ver e, portanto, por uma ou outra palavra revela que cada indivíduo/sujeito se insere num determinado sistema de valores a partir do qual lerá o mundo, praticará ações, fará ciência. É este um dos motivos por que ocorrem mudanças: como o homem é produto e produtor de cultura, o sistema de valores vai-se modificando, em espiral, possibilitando, assim, novas elaborações sobre a realidade.

Além disso, as pichações selecionadas colocam à prova as questões acerca do estereótipo do pichador e nos faz, ao menos, refletir a respeito da possibilidade de uma quebra ou inversão de sentido. De acordo com Maingueneau e Charaudeau (2014, p. 215), o estereótipo consiste em uma “representação coletiva cristalizada”. Amossy (2005) acrescenta que estereótipo é definido como um modelo de representação cultural formado socialmente, ou seja, é a forma como algo ou alguém é categorizado. Isso, segundo a autora, acaba refletindo na maneira como o sujeito irá se projetar no discurso, bem como a forma pela qual o locutor baseará seu discurso.

Na perspectiva argumentativa, o estereótipo permite designar os modos de raciocínios próprios a um grupo e os conteúdos globais do setor da doxa na qual ele se situa. O locutor só pode representar seus locutores se os relacionar a uma categoria social, étnica, política ou outra. A concepção, correta ou errada, que faz do auditório, guia seu esforço para adaptar-se a ele (AMOSSY, 2005, p. 126).

Segundo Amossy (2005, p. 126), “a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica”. O efeito de sentido de quebra do estereótipo se dá a partir do momento no qual o picho assume o papel de uma reflexão social. Não há mais espaço para pensarmos na pichação apenas como vandalismo ou depredação de patrimônio público. Os enunciados aqui analisados, de modo geral, apresentam o posicionamento de um indivíduo que,

atravessado por todas as situações que o determinam, passa a ser um sujeito social na busca por dizeres que estavam abafados.

É o desejo de falar, de exteriorizar, de manifestar, de resistir. A pichação é a manifestação do eu na busca do coletivo. É sentido sendo construído a partir da relação sujeito e meio social. É urbano. É político. Os enunciados, ainda que provenientes de uma situação de estereotipagem, são políticos e apresentam dizeres que não estão sendo ouvidos, de tantas outras formas, principalmente pelo Estado. Talvez seja essa a verdadeira motivação e função desempenhada por esse gênero discursivo pixo: a função de resgate social e reflexão social. Ser resistência. E resistir.

## REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido In: ACHARD, P. et al. (Org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2 ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Trad. Leci Borges Barbisan e Valdir Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e discurso: história e literatura*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2007.

BAKHTIN, M. Gêneros do Discurso. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 261-306.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva: vale a pena lutar por ela. *Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 34, p. 732-737, 2005. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/formacao-discursiva-vale-a-pena-1670.pdf>> Acesso em: 01 Jan. 2018.

BARONAS, Roberto Leiser; LIMA, Rilmara Rôsy; MORAES, Gleice Antônia de; OLIVEIRA, Hélio (Org.). *Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica: abordagem discursivas*. Campinas, SP: Editora Pontes, 2016.

BARROS, Diana Luz Pessoa. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.

BARROSO, Adriane de Freitas. *Sobre a concepção de sujeito em Freud e Lacan*. Barbarói, Santa Catarina, nº 36, p. 149-159, 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-65782012000100009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782012000100009).

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 81-90.

BESSA, Bráulio. *Poesia que transforma*. Rio de Janeiro, Sextante, 2018.

- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 6 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Código Civil. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 05 Abril 2018.
- BUSTAMANTE, Luisa; VIEIRA, Maria Clara; LOIOLA, Rita. Cotas? Melhor tê-las. *Revista Veja online*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/cotas-melhor-te-las-2/>. Acesso em: 18 Set. 2018.
- CAETANO, Érica. *História do sistema de cotas no Brasil*. Disponível em: <https://vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br/cotas/historia-sistema-cotas-no-brasil.htm>. Acesso em: 05 Maio 2018.
- CALO, Flávia. *Questões etimológicas sobre os termos: grafite e pichação*. Disponível em: [http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/anais3/flavia\\_calopdf.pdf](http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/anais3/flavia_calopdf.pdf). Acesso em: 05 Maio 2018.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Negros, preconceitos e ideologias: a dualidade entre a existência da discriminação e sua negação oficial caracteriza o estilo de nossas relações raciais. *Veja*. Edição 2557, ano 50, número 47. São Paulo: Editora Abril, 22 de novembro de 2017.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Angela S. M. Corrêa. – São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Trad. Fabiana Komesu. 3 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad. Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e pensamento*. Trad. Francisco M. Guimarães. 2 ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes Limitada, 1971.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 9 ed. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, Caio Tulio. *O que é o anarquismo*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes Editores, 1987.

- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1998.
- FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FRY, Peter. *A persistência da raça*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005.
- GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans (Org.). *A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
- GUIMARÃES, Elisa. *Texto, discurso e ensino*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1977.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Trad. Inês Oseki-Depre. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LARA, Gláucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (Org.). *Discursos e (des)igualdade social*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. Organização Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza e Silva. Trad. Adail Sobral et al. 3 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Maria Cecília Perez de Souza e Silva *et al.* 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MITTMANN, Solange. Nem lá, nem aqui: o percurso de um enunciado. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: Mussalim, Fernanda; Bentes, Anna Christina (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NAVARRO, Pedro; BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Sujeito, texto e imagem em discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução Bethania S. C. Mariani *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *O que é lingüística?* São Paulo: Brasiliense, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2012

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Ciência da linguagem e política: anotações ao pé das letras*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12 ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2016.

PACHECO, Larissa. *Vamos falar sobre cotas*. Disponível em: <http://vestibulardadepressao.com.br/vamos-falar-sobre-o-sistema-de-cota/>. Acesso em: 05 Abril 2018.

PATTI, Ane Ribeiro. A noção de sujeito discursivo. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 32, p. 18-21, jan./mar. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/viewFile/4731/2869>>. Acesso em: 25 Mar. 2018.

PAVEAU, Marie-Anne. *Sentido, memória e cognição*. Trad. Greciely Costa e Débora Massmann. Campinas, SP: Pontes Editora, 2013.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana Mabel Serrani. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

PEREIRA, Marcos E. *Definição de estereótipos*. 2008. Disponível em: <<https://estereotipos.net/2008/07/05/definicao-de-estereotipos/>>. Acesso em: 10 Jan. 2017.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, lingüística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à lingüística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (Orgs.) *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

PIXO: Documentário sobre pichação e pichadores. Direção e Produção: João Wainer e Roberto T. Oliveira. São Paulo: Sindicato Paralelo Filmes, 2008. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew>. Acesso em: 18 Maio 2018.

PLANTIN, Christian. *A argumentação*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009 a.

POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009 b.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad. Antônio Chalini et al. 27 ed. São Paulo: Cutrix, 2006.

SCOVINO, Fernanda. *Análise do sistema de cotas no Brasil: deu certo?* Disponível em: <http://www.politize.com.br/sistema-de-cotas-no-brasil/>. Acesso em: 05 Maio 2018.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes. *Sobre a análise do discurso*. 2005. Disponível em: <http://oficina-de-filosofia.blogspot.com.br/2013/11/sobre-analise-do-discurso-maria-alice.html>. Acesso em: 12 Jan. 2017.

SILVA, Andreia da. A diferença do grafite e da pichação no mundo dos pichadores. *Blasting TV*, 11 ago. 2014. Disponível em: <<http://br.blastingnews.com/noticia/2014/08/a-diferenca-do-grafite-e-da-pichacao-no-mundo-dos-pichadores-00117980.html>>. Acesso em: 01 Out. 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: Teun A. Van Dijk (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SPINELLI, Luciano. Pichação e comunicação: um código sem regra. *Logos*, Rio de Janeiro, n. 26, ano 14, p. 111-121, 2007. Disponível em: <<http://www.logos.uerj.br/PDFS/26/08lucianospen.pdf>>. Acesso em: 23 Mar. 2017.

SOARES, Alexandre Ferrari; SELLA, Aparecida Feola; COSTA-HUBES, Terezinha. *Maingueneau*. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. P. 261-280.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire. *Conhecendo análise de discurso: linguagem, sociedade e ideologia*. Manaus: Editora Valer, 2006.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso e poder*. Organização de: Judith Hoffnagel e Karina Falcone. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

*XARPI, PICHANÇA E PIXO*. Disponível em:  
<http://xarpixo.blogspot.com/p/diferencas-entre-pichacao.html>. Acesso em: 16 Set. 2018

ZAN, Dirce; BATISTA, Elise; CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; RAGGI, Nathália; ALMEIDA, Tatiana Lima de. Grafite e pichação: formas de resistência e participação juvenis? *Revista Educação*, Santa Maria, v. 35, n. 3, p. 465-478, set./dez. 2010. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2356/1423>>. Acesso em: 19 Abr. 2017.